

**UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO “PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY”
UNIGRANRIO**

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA PEREIRA

**O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS**

RIO DE JANEIRO - RJ

2021

**UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA PEREIRA

**O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS**

Rio de Janeiro - RJ

2021

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA PEREIRA

O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Dissertação apresentada à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy” para obtenção de título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Gestão Organizacional
Linha de Pesquisa: Estratégia e Governança
Orientador: Professor Dr. Josir Simeone Gomes

RIO DE JANEIRO
2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

P436p Pereira, Luiz Fernando de Almeida.

O processo de internacionalização nas universidades federais / Luiz Fernando de Almeida Pereira. – Rio de Janeiro, 2021.
77 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, 2021.
“Orientador: Prof. Dr. Josir Simeone Gomes”.
Referências: f. 70-77.

1. Administração. 2. Administração pública. 3. Universidades públicas. 4. Globalização. 5. Plano Nacional de Educação (Brasil). I. Gomes, Josir Simeone. II. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”. III. Título.

CDD – 658

Luiz Fernando de Almeida Pereira

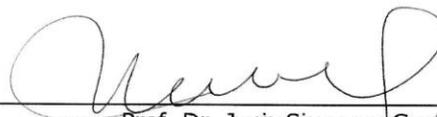
"O Processo de Internacionalização nas Universidades
Federais"

Dissertação apresentada à
Universidade do Grande Rio "Prof.
José de Souza Herdy", como parte
dos requisitos parciais para
obtenção do grau de Mestre em
Administração.

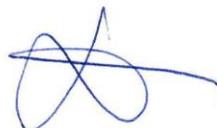
Área de Concentração:
Gestão Organizacional.

Aprovada em 16 de abril de 2021.

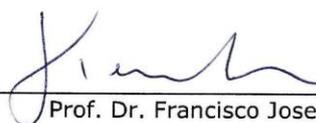
Banca Examinadora



Prof. Dr. Josir Simeone Gomes
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO



Prof.ª Dr.ª Deborah Moraes Zouain
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO



Prof. Dr. Francisco Jose dos Santos Alves

Dedico este trabalho a minha mãe, Lucia Leda, por todo amor, ajuda, apoio, esforço, paciência, ter acreditado em mim, torcendo e orando para o meu sucesso.

Obrigado mãe por tudo!

A minha irmã, Gislaine de Almeida, por todo o apoio, dedicação, paciência, cuidado, amor, e ajuda nas horas que mais precisei nesta reta final, sempre me apoiando e torcendo.

Amo muito vocês! E sem vocês eu nada seria, obrigado por dividir comigo esta trajetória!

Agradeço a Deus primeiramente por ter me ajudado, abençoado, apesar das minhas imperfeições e ter chegado ao resultado final. Pois sem Ele eu jamais teria chegado aqui!

Ao Prof. Josir Simeone Gomes por ter viabilizado a realização deste trabalho e pela sua orientação. Agradeço também pela paciência, compreensão e ajuda, devido a toda a minha dificuldade de tempo.

Agradeço à Coordenação e as Professores do PPGA da UNIGRANRIO, por todo ensinamento, experiências e transmissão dos seus vastos saberes.

Agradeço aos meus colegas de mestrado pelo companheirismo e diversos momentos que passamos juntos.

Aos que fazem parte da minha equipe de trabalho, Nielson, Albanici, Marcia, Gleyciane, e meu chefe Enio, por terem compreendido as aulas com as rotinas do trabalho, e me apoiaram a conciliar ambos.

Aos meus familiares e amigos pelo estímulo em concluir esta importante etapa da minha vida.

Agradeço também a Mudinha, Vania e Maria, por sempre torcerem por mim.

“E nossa história não estará pelo avesso assim. Teremos coisas bonitas para contar.

E até lá, vamos viver. Temos muito ainda por fazer. Apenas começamos. O mundo

começa agora. Apenas começamos.”

Renato Russo

RESUMO

Atualmente, no mundo globalizado, o processo de internacionalização é factível a várias empresas no mundo corporativo e privado. Assim, faz-se necessário entender a relação entre esta nova concepção mundial nas atividades públicas das instituições nacionais, no caso concreto, nas instituições públicas em nível federal, cuja União tem a missão de promover o bem estar social e as políticas públicas de interesse coletivo, conforme conceitua a Constituição Federal. Nesta contextualização, o objetivo do presente trabalho é estudar as instituições federais, no caso concreto as universidades públicas federais, analisando e conceituando o processo de internacionalização, com o foco nas agências de fomento federais, custos do processo de concessão de bolsas por universidade selecionada, análise do processo internamente com referência a mobilidade internacional, entre outras. Inicialmente realizou-se uma revisão de literatura em internacionalização, universidades públicas, órgãos de fomento tais como CAPES e CNPq, e planos de Educação como o Plano Nacional de Educação (PNE). Para atingir o objetivo foi utilizada pesquisa bibliográfica e documental para levantamento dos dados. Optou-se pela abordagem de pesquisa quantitativa e na classificação dos dados foi utilizada a técnica descritiva. Na análise do processo de internacionalização, optou-se pela análise das Universidades Federais do Rio de Janeiro (UFRJ) e Fluminense (UFF), com fins de delimitação do presente estudo. As duas instituições foram correlacionadas em valores quantitativos de alunos participantes em programas de internacionalização e bolsas de financiamento. Observou-se que o programa ciência sem fronteiras foi o grande impulsionador e fomentador durante o período de 2012 a 2016 no envio de alunos, docentes e pesquisadores da UFRJ e UFF ao exterior, através de suas agências de fomento CAPES e CNPq.

Palavras-chave: Administração Pública, Ciência Sem Fronteiras, Internacionalização, Universidades Públicas.

ABSTRACT

Currently, in the globalized world, the internationalization process is feasible for several companies in the corporate and private world. Thus, it is necessary to understand the relationship between this new world conception in the public activities of national institutions, in this case, in public institutions at the federal level, whose Union has the mission of promoting social welfare and public policies of collective interest, as conceptualized by the Federal Constitution. In this context, the objective of the present work is to study federal institutions, in this case, federal public universities, analyzing and conceptualizing the internationalization process, with a focus on federal financial support, costs of the granting process by the selected university, analysis of the process internally with reference to international mobility, among others. Initially, there was a literature review on internationalization, public universities, funding agencies such as CAPES and CNPq, and Education plans such as the National Education Plan (PNE). To achieve the objective, bibliographic and documentary research was used to survey the data. We opted for the quantitative research approach and the data classification used the descriptive technique. In the analysis of the internationalization process, we opted for the analysis of the Federal Universities of Rio de Janeiro (UFRJ) and Fluminense (UFF), with the purpose of delimiting the present study. The two institutions were correlated in quantitative values of students participating in internationalization programs and funding grants. It was observed that the Science without Borders program was the main driver and promoter during the period from 2012 to 2016 in sending students, professors, and researchers from UFRJ and UFF abroad, through its funding agencies CAPES and CNPq.

Keywords: Internationalization, Public Administration, Public University, Science without borders.

Sumário

1	Introdução	12
1.1	Contextualização do Problema.....	12
1.2	Questão de pesquisa.....	12
1.3	Objetivos	13
1.3.1	Objetivo Geral	13
1.3.2	Objetivos Específicos	13
1.4	Delimitação do Estudo.....	13
1.5	Relevância do Estudo.....	14
1.6	Organização Geral do Trabalho	14
2	Referencial Teórico.....	15
2.1	O processo de Internacionalização conceitual	15
2.2	Órgãos de Fomento.....	18
2.2.1	CAPES	18
2.2.2	CNPq.....	19
2.3	Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024).....	20
2.4	Ciência Sem Fronteiras	22
2.5	Universidades Públicas	25
3	Metodologia	29
3.1	Tipo de pesquisa	29
3.2	Universo da pesquisa	30
3.3	Instrumento de coleta de dados	30
3.4	Procedimentos técnicos	31
3.5	Cronograma de atividades	31
4	Objeto de estudo: Internacionalização no Ensino Superior.....	33
4.1	Internacionalização e Globalização	34

4.2 Rede de Assessorias Internacionais do Estado do Rio de Janeiro - REARI - RJ	35
4.2.1 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e seu processo de Internacionalização	36
4.2.2 Universidade Federal Fluminense (UFF) e seu processo de Internacionalização	38
4.3 Programa Institucional de Internacionalização – CAPES - PrInt	45
5 Análise dos resultados	49
5.1 Internacionalização no MEC:.....	50
5.2 Fomento ao processo de internacionalizar:.....	51
5.3 Desenvolvimento do programa Ciência sem fronteiras:	65
6 Conclusão	68
7 Referências.....	70

1 Introdução

Neste tópico será apresentada a contextualização do problema, a problemática a ser estudada, bem como os objetivos traçados. São apontadas as delimitações do estudo, a sua relevância para Administração Pública Brasileira e a estrutura do projeto.

1.1 Contextualização do Problema

Com relação ao processo da internacionalização nas universidades públicas, pode-se observar uma relação complexa entre a internacionalização e as políticas institucionais das universidades públicas, quando avaliado as atividades finalísticas de promoção do ensino, inovação, desenvolvimento tecnológico e pesquisas científicas, entre outras. O tripé ensino, pesquisa e extensão devem estar em sintonia com a sociedade acadêmica e os valores institucionais, pois assim confere o conceito de universalidade, ou seja, deve ser universalmente válido à comunidade e aos grupos que a financiam (CAVALCANTE, 2019).

Entretanto, o conhecimento desse processo de internacionalização por vezes não está bem esclarecido para a sociedade ou ao público de servidores, com relação a questões de ordem de orçamento, treinamento e orientação da instituição, ou seja, o benefício adquirido na produção intelectual em si e sobre a governança corporativa no fomento a internacionalização nas Universidades Públicas Brasileiras.

Portanto, faz-se necessário um estudo sobre o processo de internacionalização nessas instituições, inclusive sobre a questão do fomento público em relação à internacionalização, com o intuito de um melhor entendimento do processo nas instituições públicas, comparando com um período específico, e obtendo uma contextualização do processo de internacionalização em relação às políticas institucionais.

1.2 Questão de pesquisa

A pesquisa será estruturada objetivando responder:

- Quais são os processos de internacionalização realizados pelas universidades públicas federais?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar o processo de internacionalização através de produções científicas e *sites* governamentais para compreender o processo de internacionalização em relação às diferenças ou semelhanças entre as universidades federais brasileiras.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Analisar o processo de internacionalização nas Universidades Federais Brasileiras, focando na Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

- Analisar e comparar entre as instituições escolhidas e seus órgãos de financiamento, CAPES e CNPq, a relevância e contribuição para fins de política pública no fomento a educação e pesquisa científica.

- Analisar o impacto financeiro do programa Ciências Sem Fronteiras nas instituições de estudo.

1.4 Delimitação do Estudo

A presente pesquisa, tendo em vista o campo a ser estudado, está delimitada entre o período do ano de 2010 até 2020, com vistas a um entendimento mais atual sobre os processos de internacionalização nas universidades públicas federais brasileiras. As Universidades Federais de interesse de estudo do presente trabalho são a UFF e a UFRJ.

O processo de pesquisa foi baseado na fonte de dados dos periódicos publicados em sites de produção de conhecimento das áreas de administração e correlatas, sites das instituições de ensino e *sites* governamentais.

1.5 Relevância do Estudo

A internacionalização é um processo de integração no mercado mundial, quebrando barreiras físicas, econômicas e sociais. Portanto em analogia, este processo no serviço público visa à produção de conhecimento, produção de novas tecnologias, melhorias dos processos e criação de políticas públicas para o bem estar da sociedade (JACQUES, 2007).

A escolha do tema processo de internacionalização foi devido a sua relevância ao desenvolvimento técnico e científico do País, bem como pela sua complexidade e dado ao contexto atual, uma vez que foi recentemente mais estimulado pelo governo federal, em geral, nas universidades públicas federais. Assim, no presente estudo, pretende-se obter um aprofundamento sobre o tema, realizando um recorte necessário e explicativo, que culmine com um melhor entendimento dos processos de internacionalização na administração pública brasileira, em especial nas instituições públicas de ensino superior UFF e UFRJ.

1.6 Organização Geral do Trabalho

O presente trabalho está dividido em 6 tópicos da seguinte forma:

Introdução: É feita a introdução e apresentada a contextualização do problema, a problemática a ser estudada, bem como os objetivos traçados. São apontadas as delimitações, a relevância para Administração Pública Brasileira e a estrutura do projeto.

Referencial Teórico: Contém uma revisão da literatura sobre o tema internacionalização e o processo de internacionalização produzida nas universidades públicas federais.

Metodologia: Apresenta a metodologia aplicada ao trabalho: tipo de pesquisa, abordagem, variáveis e procedimento de coleta de dados.

Objeto de Estudo: Estão apresentados os dados colhidos, fazendo uma relação e comparação entre as universidades públicas UFF e UFRJ nos processos de internacionalização.

Análise dos Resultados: Análise dos resultados em comparação ao referencial teórico e as políticas institucionais de internacionalização descritos, e novas informações para futuras pesquisas.

Conclusão: Conclusão do estudo e o que se espera no futuro em relação ao tema, a contribuição para academia e sugestões de novos trabalhos.

2 Referencial Teórico

Neste tópico será abordado o processo de internacionalização, as legislações dos planos estratégicos do Estado Brasileiro, o programa Ciência sem Fronteiras, o que em suma remete a complexidade no processo de internacionalização nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ou seja, no caso concreto as Universidades Federais de Ensino Superior.

2.1 O processo de Internacionalização conceitual

Recentemente, houve movimentos de reformulação na educação superior bem como mudanças advindas da globalização. Estas mudanças de cenários com o advindo de novas tecnologias, processos de formação e constituição de modelos constitutivos abarcam o processo formalmente chamado de internacionalização. É nesse cenário que a internacionalização da educação superior desloca-se de uma posição periférica para uma posição central, com fins de noção de qualidade, com fundamento em pesquisa e melhoria do ensino (MOROSINI, 2017).

As IFES sofrem considerável impacto por consequência da globalização, este fenômeno complexo e prulirreferencial impactam na pressão exercida sobre as instituições, com visões educacionais e de sociedades distintas que mais impactam nas instituições (SOBRINHO, 2005).

Em contrapartida a ideia de privatização e em síntese com os conceitos internacionais, a internacionalização produzida e formada pelo Estado Brasileiro deve remeter ao interesse público, ou seja, a produção de conhecimento deve ser de caráter humanista com vistas à produção e compartilhamento de conhecimento pelas Universidades.

Segundo Costa *et al.* (2017), a internacionalização é parte da natureza da estratégia organizacional. Assim, as empresas nascidas globais sinalizam para a mudança paradigmática quanto ao entendimento de dois constructos importantes nos estudos em administração: estratégia internacional e processo de internacionalização.

A internacionalização denota o processo de se tornar internacional. Contudo, essa simples definição não esclarece, porém, o conteúdo e os limites da chamada internacionalização acadêmica, na qual se insere a chamada internacionalização do ensino superior. Já em relação ao significado, temos os objetivos que denotam as duas hipóteses: uma de natureza institucional e outra de natureza acadêmica (MARRARA, 2007)

Pela linha institucional, poderíamos compreender como um processo de reconhecimento internacional, como cursos internacionalmente populares, pela organização de eventos de porte internacional, pela atração de alunos e pesquisadores estrangeiros ou pelo grande número de publicações dos pesquisadores da casa em periódicos internacionais, num contexto de *marketing*, reconhecimento e publicidade mundial (MARRARA, 2007).

Pela linha acadêmica, as políticas de internacionalização poderiam ser vistas como ferramentas a serviço da formação de docentes, pesquisadores e discentes. Sob esse enfoque, permitiria a realização de experiências complementares ao processo educacional no âmbito da graduação e da pós-graduação, e contribuiria para o desenvolvimento da educação e da ciência, com trocas de experiências com agentes estrangeiros (MARRARA, 2007).

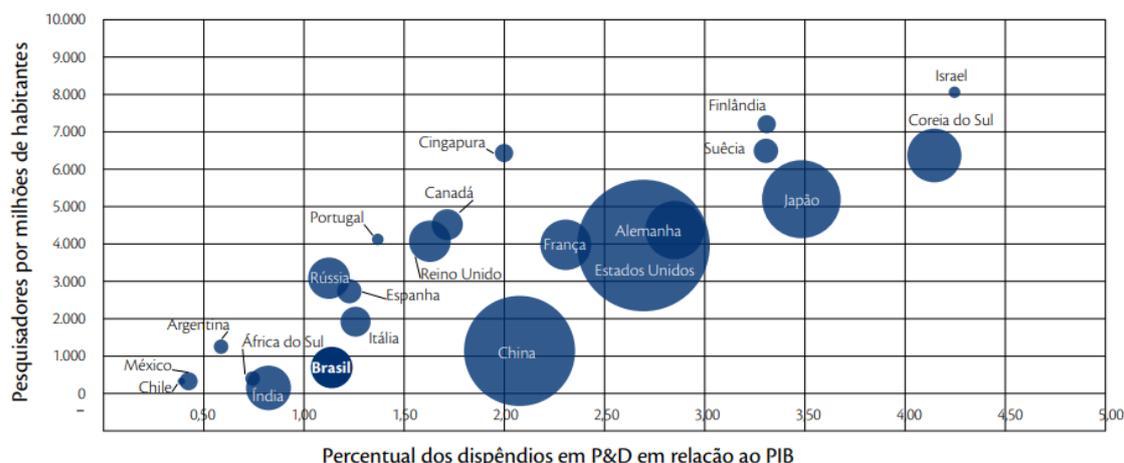
No Brasil, as pesquisas produzidas tem se alterado consideravelmente no meio internacional, como resultados dos esforços realizados em longo prazo visando à sistematização e internacionalização da atividade científica, com participação intensa dos programas de pós-graduação, com referenciais e ações praticadas pelas agências de fomento nacionais, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Essas agências de fomento atuam principalmente no intercâmbio de estudantes, de pesquisadores e de experiências, tanto no

percurso que vai do Brasil para outros países, mas também na vinda de estudantes e de pesquisadores estrangeiros para atuar no País (SANTIN *et al.*, 2016).

Por toda essa questão, remete-se ao fomento e custos que devem ser orientados para a internacionalização das IFES, tendo em vista o dispêndio econômico para levar pesquisadores a outros países, como o pagamento de bolsas de estudo e despesas de viagem. Neste contexto, é fundamental a atuação dessas agências no apoio à criação de centros de pesquisas transnacionais, através de programas de intercâmbio coletivo, envolvendo tanto alunos de graduação como de pós-graduação, pesquisadores e docentes.

O incentivo a produção científica pública, a cooperação internacional com os países líderes nas áreas estratégicas, o estímulo a programas de mobilidade internacional, em nível de mestrado e doutorado, foram alguns dos eixos da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022. Neste mesmo documento, como fomento temos a promoção da melhoria da educação científica, a popularização da Ciência e Tecnologia (C&T) e a apropriação social do conhecimento (MCTIC, 2018).

A Estratégia Nacional prevê a definição de temas estratégicos de pesquisa que elevem a competitividade e a inserção internacional do País, além de destacar aspectos como a formação de recursos humanos em áreas estratégicas; propondo também a instauração de um paradigma de inovação colaborativa no Brasil, estimulando o estreitamento das relações entre Universidade e Empresa e a interação entre os mais diferentes componentes do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCT (MCTIC, 2018).



Fonte: OECD, Main Science and Technology Indicators, 2015/1; Índia: Institute for Statistics, UNESCO; Brasil: MCTIC

Obs. 1: O tamanho dos círculos indica o dispendio em P&D em bilhões de US\$ correntes de PPC.

Obs. 2: Foram utilizados os últimos dados disponíveis para cada país.

Figura 1. Dispendio e recursos humanos em Planejamento e Desenvolvimento (MCTIC, 2018).

Como pode ser observado na figura 1 o Brasil ainda possui investimento pequeno em consideração a outros países do Norte e acrescentando-se a isso, como demonstrado no gráfico, estamos entre os últimos em número de pesquisadores por milhões de habitantes, à frente apenas dos demais países da América Latina.

2.2 Órgãos de Fomento

No Brasil existem dois órgãos de fomento provenientes do governo federal: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia (CNPq/MCT). A CAPES concede várias modalidades de bolsas e auxílios financeiros às atividades de ensino, pesquisa e extensão para discentes, docentes e pesquisadores.

2.2.1 CAPES

Além da concessão de auxílios financeiros, a CAPES também está vinculada à avaliação dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, a qual, aliás, também serve de referência para as demais agências, bem como para a Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia (Finep) e as próprias instituições de ensino superior. O sistema de avaliação atribui notas de 1

a 7, cujas notas 3 a 5 valem respectivamente “regular”, “bom” e “muito bom”. Além disso, há também os conceitos 6 e 7, que expressam excelência constatada em nível internacional (RIBEIRO, 2007), índice este que persiste até os dias atuais.

Entre as utilidades da avaliação podemos citar, segundo o Diretor de avaliação da CAPES (RIBEIRO, 2007), as quais se mantêm até a presente data: (a) permitir e assegurar ao aluno de pós-graduação *stricto sensu* aulas e orientação por professores competentes, cientificamente produtivos e reconhecidos por seus pares. Portanto, o principal beneficiário é o próprio futuro mestre e/ou doutor; (b) prover ao poder público e às fundações privadas condições de selecionar quais os grupos melhores aos quais concederem recursos de fomento, informando aqueles que terão maior efeito multiplicador tanto para fazer ciência, quanto para formar pesquisadores.

2.2.2 CNPq

Em relação ao CNPq, o programa de Cooperação Internacional tem a missão de fortalecer e aperfeiçoar a colaboração internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), contribuindo significativamente para a qualificação dos profissionais, além de promover pesquisa, desenvolvimento e inovação. Ademais, a Coordenação Geral de Cooperação Internacional do CNPq (CGCIN) apoia à mobilidade de pesquisadores no desenvolvimento conjunto de pesquisas, à capacitação em alto nível de recursos humanos, além de participação em organismos internacionais (CNPq, 2020).

Neste contexto, a atuação da CGCIN está centrada em financiar projetos conjuntos de pesquisa (intercâmbio científico e tecnológico interinstitucional) e visitas científicas, acrescentando o pagamento de bolsas nos projetos de Formação e Capacitação de brasileiros em outros países, e Formação e Capacitação de estrangeiros no Brasil. A CGCIN também apresenta participação direta com outras agências de cooperação internacional em projetos e programas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico e formação de recursos humanos, participação em Comissões Mistas, bem como acompanhamento de delegações estrangeiras, entre outros (CNPq, 2020).

2.3 Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024)

O PNE compreende o Plano estratégico da Educação, elaborado com base na Lei Federal 13.005/2014, cuja meta que se destaca a internacionalização e evolução da qualidade do ensino superior, notadamente a meta 14, cujo princípio é elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores (BRASIL, 2014).

É importante ressaltar que as estratégias descritas no referido PNE, que versam sobre internacionalização e produção e ampliação de pesquisas, referem-se à meta de número 14 e incluem:

- 14.9) consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;
- 14.10) promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;
- 14.13) aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs. (PNE, 2020).

No relatório do PNE, 3º ciclo de monitoramento de metas 2020, temos a comparação dos objetivos traçados em relação ao Mestrado e Doutorado, referente à meta 14, conforme representado nas figuras 2 e 3.

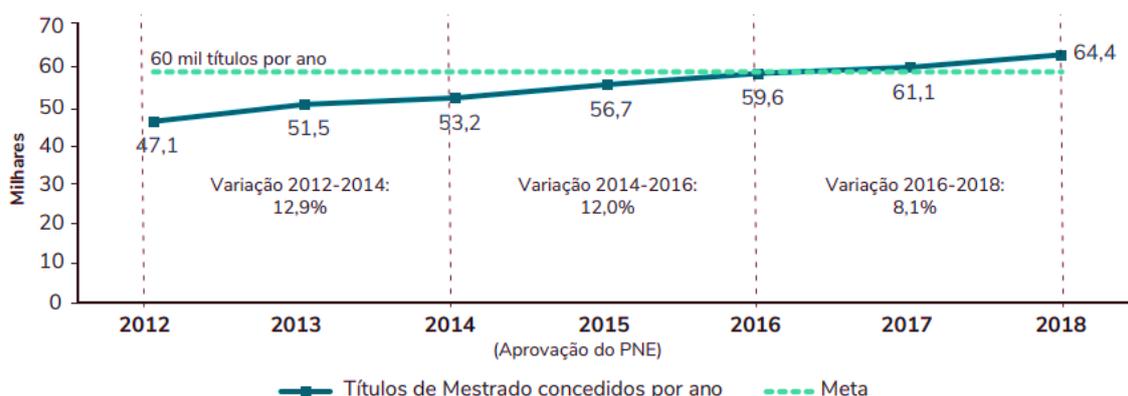


Figura 2. Gráfico ilustrando o número de títulos de mestrado concedidos, em milhares, por ano no Brasil, no período compreendido entre 2012 a 2018 (Fonte: Inep, 2020).

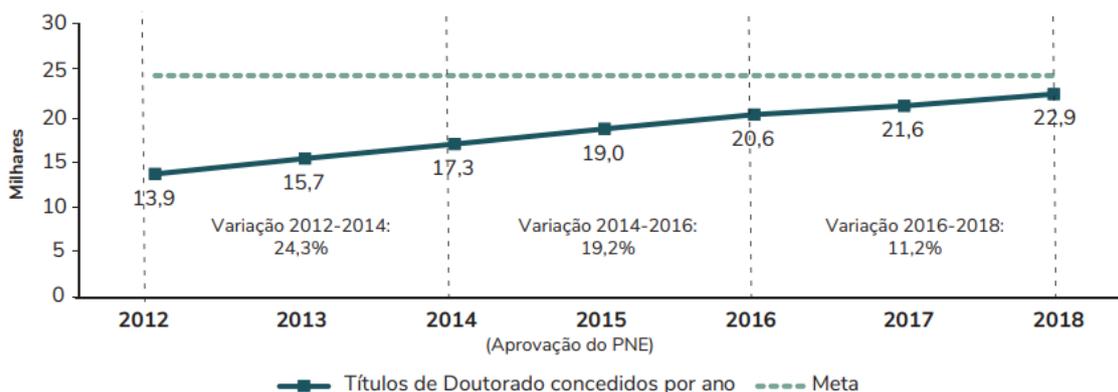


Figura 3. Gráfico ilustrando o número de títulos de doutorado concedidos, em milhares, por ano no Brasil, no período compreendido entre 2012 a 2018 (Fonte: Inep, 2020).

Com relação às figuras 2 e 3 pode-se observar que, a meta 14 do PNE de 65 mil títulos de mestrado foi cumprida no ano de 2017, com uma variação ao biênio anterior de crescimento em 8,1%, e com 7,33 % acima da meta. Já em relação à meta dos títulos de doutorado com valor definido em 25 mil títulos não foi completamente atingida, com cerca de 22,9 mil títulos, que representa 91,60% da meta estipulada pelo PNE. Cumpre destacar, que o maior crescimento apresentado foi no biênio 2012 – 2014, com 24,3 % no doutorado e 12,9 % no mestrado, enquanto que no último biênio (2016 – 2018) houve um menor crescimento, sugerindo uma desaceleração da expansão da pós-graduação stricto sensu no Brasil.

Na figura 4 abaixo, está ilustrado o gráfico que mostra a importância das universidades federais na titulação de mestres e doutores no Brasil.

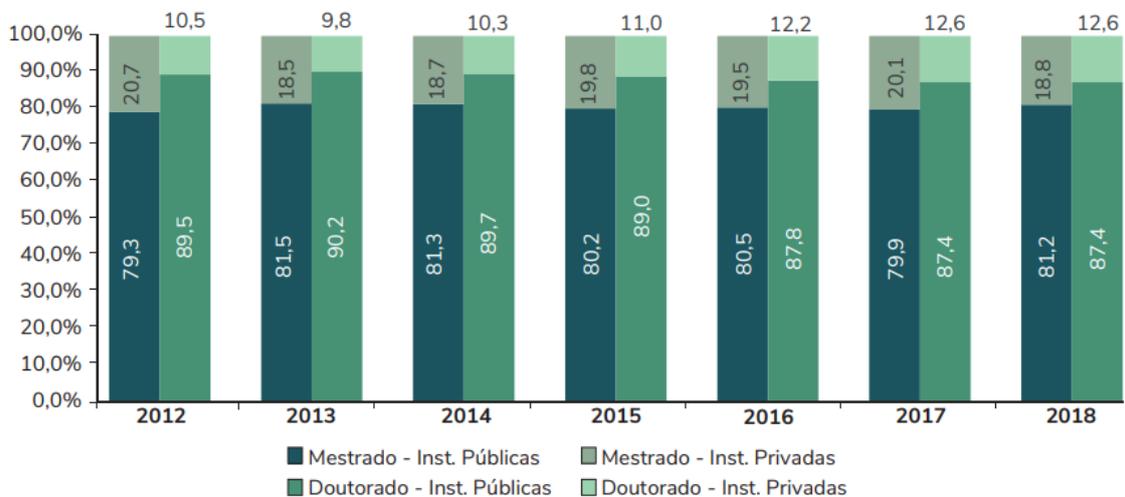


Figura 4. Gráfico ilustrando o número em percentual de títulos de mestrado e doutorado por instituições privadas e públicas, por ano no Brasil, no período compreendido entre 2012 a 2018 (Fonte: Inep, 2020).

No gráfico da figura 4, pode-se observar que ao longo do período não houve muita alteração em relação às instituições privadas e públicas, para fins de contextualização no ano de 2018 o mestrado em instituições privadas representou cerca de 19% dos títulos, enquanto o doutorado cerca de 13% de títulos.

Segundo o mesmo relatório PNE (Inep, 2020), a Meta 14 tem como objetivo a titulação de 60.000 mestres e de 25.000 doutores em território nacional até o ano de 2024. Em 2018, o Brasil titulou 64.432 mestres e 22.901 doutores, alcançando, respectivamente, 107,39% e 91,60% dos objetivos da Meta 14 (Inep, 2020).

2.4 Ciência Sem Fronteiras

O Programa Ciência sem Fronteiras foi lançado em 26 de julho de 2011, na 38ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e oficializado pelo Decreto do Governo Federal nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011 (CAPES, 2014). Os objetivos eram, segundo o art. 2º do mesmo decreto (BRASIL, 2011), contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros, capacitação e formação de pesquisadores em instituições reconhecidas no exterior, bem como atração de pesquisadores altamente qualificados para atuação nas instituições nacionais, no desenvolvimento de projetos nas áreas de interesse definidas pelos ministérios

envolvidos – Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), entre outras.

O Programa visava à produção e disseminação de conhecimento através da consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa contou com o esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e do MEC, por meio de suas respectivas instituições de fomento (CNPq e Capes), que ficaram responsáveis pela execução do programa, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC (CSF, 2020).

O programa Ciência sem Fronteiras foi inovador devido ao aumento significativo de envio de estudantes para o exterior, inserindo-os em instituições estrangeiras, e da atração de pesquisadores para o País, incentivando fortemente a colaboração de pesquisadores estrangeiros com instituições nacionais. Para atender aos objetivos do programa, foram previstas diversas modalidades de apoio, como bolsas para envio de estudantes ao exterior (graduação sanduíche, educação profissional e tecnológica, doutorado sanduíche e pós-doutorado sanduíche) e bolsas para pesquisadores no Brasil (jovens talentos e pesquisadores visitantes especiais) (SAENGER e TEIXEIRA, 2018).

Para atrair jovens talentos científicos, estrangeiros ou brasileiros, para o Brasil, a modalidade “Atração de Jovens Talentos - BJT” previu a concessão de apoio financeiro a projetos de pesquisa ligados a programas de pós-graduação no Brasil por meio de bolsa de pesquisa, CAPES ou CNPq, para doutores residentes no exterior, visando estabelecê-los no Brasil, por até três anos. A modalidade Atração de Jovens Talentos – BJT teve como objetivo trazer para o País jovens cientistas de talento com destacada produção científica e tecnológica nas áreas contempladas pelo Programa Ciência sem Fronteiras para estabelecimento e treinamento de novos perfis de recursos humanos adequados à necessidade de desenvolvimento do Brasil (SAENGER e TEIXEIRA, 2018; MANUAL BJT, 2015).

A outra modalidade concebida para a atração de cientistas foi à bolsa de Pesquisador Visitante Especial (PVE), destinada a pesquisadores com liderança internacional que se propunham a vir ao Brasil, pelo período de um a três meses por

ano, por até três anos, para colaborar com projetos de pesquisa ligados a programas de pós-graduação no Brasil. O objetivo dessa modalidade foi trazer para o País pesquisadores renomados e com expressiva atuação no exterior para estabelecer novas parcerias institucionais e treinamento de novos perfis de recursos humanos adequados à necessidade de desenvolvimento do Brasil (SAENGER e TEIXEIRA, 2018; MANUAL PVE, 2015).

A distribuição de bolsas CNPq e CAPES pelo Programa Ciência Sem Fronteiras está representada nas figuras seguintes (Figura 5 e 6).

Distribuição das Bolsas Implementadas por Modalidade

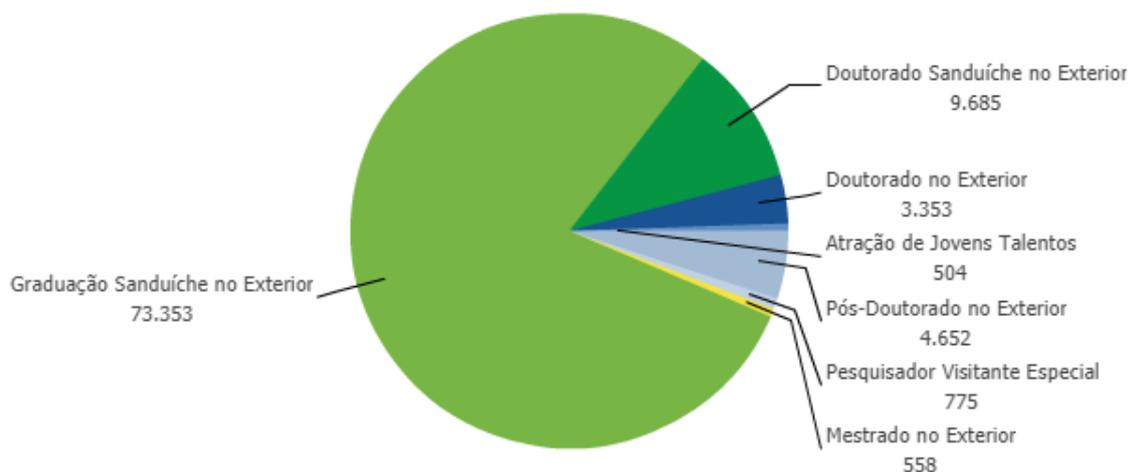


Figura 5. Bolsas CNPq e CAPES por modalidade do Programa Ciência Sem Fronteiras (Fonte: Painel de Controle do Programa CSF, 2016).

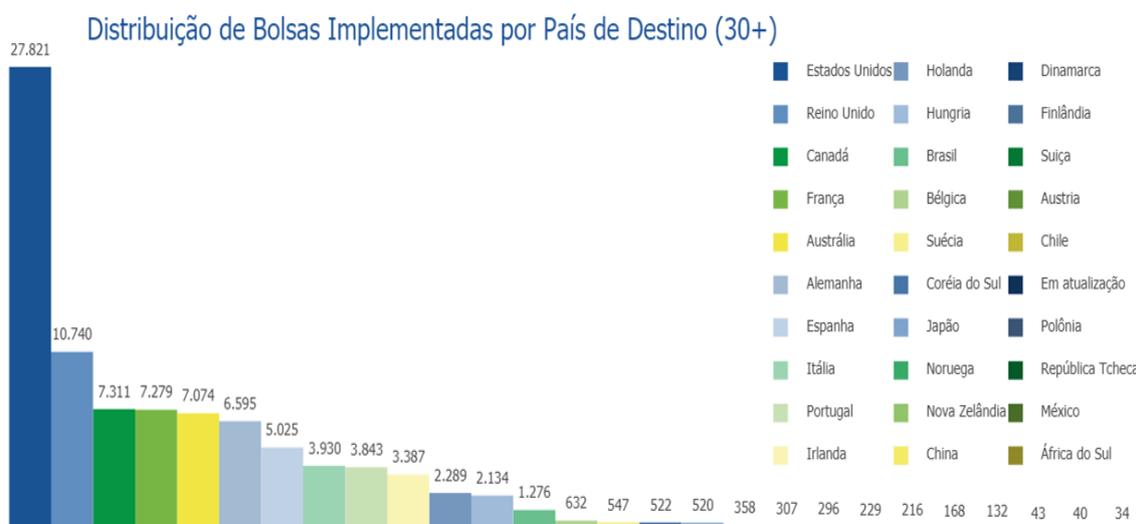


Figura 6. Bolsas implementadas pelo CNPq e CAPES por País de destino do Programa Ciência Sem Fronteiras (Fonte: Painel de Controle do Programa CSF, 2016).

Neste contexto, é possível observar que no programa Ciência sem Fronteiras, o foco sempre foi fazer o intercâmbio de estudantes e pesquisadores brasileiros com instituições internacionais, a fim de agregar conhecimento e desenvolvimento tecnológico. Como demonstrado nos gráficos das figuras acima, o objetivo do programa foi coeso durante o tempo que foi financiado pela administração pública, através das instituições de fomento CNPq, Capes, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. A meta era atingir 101 mil bolsas, com 75 mil bolsas financiadas com recursos federais e 26 mil bolsas financiadas com recursos de iniciativa privada. Entretanto, esta não foi alcançada, uma vez que foram implementadas 92.880 bolsas, com um déficit de 8.120 bolsas para atingimento da meta estipulada pelo programa (CSF, 2016; 2020).

2.5 Universidades Públicas

As instituições públicas, no caso concreto as universidades públicas, são organizações que visam, além do ensino, à produção de conhecimento a serviço da sociedade. Estas, em geral, estão comprometidas em proporcionar à sociedade brasileira os meios apropriados para dominar, amplificar, aplicar e divulgar o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes, desde funcionários, discentes e docentes, a atuar como força transformadora (UFRJ, 2006).

Há muito tempo, a *Global* Norte é predominante na disseminação e produção de conhecimento. O contexto histórico e mundial em que os países subdesenvolvidos tiveram um atraso tecnológico e intelectual é refletido como o mundo era visto anteriormente, isto é, o norte evoluído e o sul atrasado (ALCADIPANI *et al.*, 2012). Assim, em uma tendência de quebra de paradigmas, é extremamente necessário que os países do sul busquem incansavelmente o desenvolvimento técnico científico, capacitando-se adequadamente para produzir ciência/conhecimento de qualidade.

Segundo Alcadipani *et.al.* (2012, p. 2), a “lógica por trás da divisão de Norte e Sul, remete a divisão anterior de Primeiro Mundo capitalista e desenvolvido, Segundo Mundo socialista e Terceiro Mundo subdesenvolvido ou residual”. Portanto,

com a quebra do socialismo convencionou-se chamar terceiro mundo de Sul e primeiro mundo de Norte (ALCADIPANI et al., 2012).

Desta forma, a grande produção mundial de conhecimento e pesquisas em universidades e institutos de pesquisa é proveniente dos países do *global* norte. Por exemplo, no *ranking* de pesquisadores mundiais, a produção de ciência e tecnologia é liderada pelos Estados Unidos da América (43,4%) e Reino Unido (9%), tendo o Brasil 0,19% da produção científica mundial, ocupando a 32º posição, segundo texto jornalístico de Rydlewski para o Valor Econômico, 2019 (RYDLEWSKI, 2019).

Diante deste cenário, a promoção da internacionalização da educação superior necessita ter um significado estratégico para o país, com vistas à abertura e trocas de experiências entre as universidades brasileiras e instituições de pesquisa estrangeiras, buscando o desenvolvimento nacional (MIRANDA e STALLIVIERI, 2017).

No Brasil, as universidades públicas produzem a maior parte da produção científica do País, sendo essenciais na disseminação e produção de novas pesquisas e melhorias dos indicadores de produção de conhecimento em ciência e tecnologia. Nesse sentido, o processo de internacionalização é prioritário nas universidades públicas brasileiras. A internacionalização da educação superior latino-americana, com suas especificações e limitações, visa alcançar a integração regional e internacional solidária, priorizando a redução da diferença entre países e capacidades próprias de desenvolvimento nacionais, com a preservação da cultura e a identidade local de seus países (MOROSINI, 2017).

O tema internacionalização da educação superior surgiu no Brasil no final dos anos 1990, quando a Capes observou a necessidade do estabelecimento de padrões internacionais para a avaliação das atividades de pós-graduação e das pesquisas dela decorrentes desenvolvidas pelas Instituições Públicas. Com esses procedimentos, o mundo acadêmico ficou em ebulição, se mobilizando na discussão e proposições de ações de aperfeiçoamento ao modelo, de modo a não prejudicar a sua produção e qualidade científica de caráter internacional. Este movimento obteve um anseio na busca na qualificação de seus programas de pós-graduação, principalmente nas universidades públicas. Neste contexto, houve maior disputa dos

recursos públicos, tanto nas universidades nacionais como internacionais no engajamento da qualificação de seu corpo docente e discente, por meio da sua inserção internacional (LAUS, 2012).

Em termos de legislação constitucional, a internacionalização propriamente dita, não é citada, mas pode-se considerar como uma ferramenta de melhoria para a qualidade e produção científica do país, devido aos objetivos, metas, diretrizes e estratégias do art. 214, como: melhoria da qualidade do ensino, e na promoção humanística, científica e tecnológica do País (BRASIL, 1988).

Considerando que, nas últimas décadas a internacionalização vem em conjunto com a globalização, promovendo uma expansão acentuada em seus constitutivos, quer sejam estudantes, professores, instituições, agências, etc., e com apoio de novas tecnologias de informação, a educação superior se volta à internacionalização como solução para a busca da qualidade e da relevância. A partir deste cenário, a internacionalização da educação superior é considerada uma construção de conceito-chave neste século, movendo-se de uma posição periférica a uma posição central, com a intenção positiva de qualidade (MOROSINI, 2017).

O processo de internacionalização abrange várias vertentes nas diversas disciplinas devido à sua heterogeneidade, o que deve ser analisado no contexto político, econômico, sociocultural e geográfico. E segundo Santin (2016, p. 84), “a internacionalização não é consenso nas diversas áreas, e as diferenças entre as disciplinas precisam ser consideradas”, aqui o entendimento remete-se a conjectura das diversas áreas do conhecimento e da pesquisa científica.

Uma ferramenta de controle, avaliação da instituição que visa aprofundar o conhecimento e mensuração dos dados obtidos, que pode destacar é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado pela Lei 10.861/2014. O Sinaes é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes (INEP, 2015).

Por meio do Relatório OCDE de dezembro de 2018, foi possível destacar como os comitês de área identificam e avaliam programas considerados de qualidade ou excelência internacional com forte internacionalização e engajamento internacional (mídia internacional). Estes são atribuídos a pontuação de 6 ou 7 da

CAPES e, posteriormente, têm acesso a recursos adicionais. Desta forma, os critérios comuns incluem o montante de financiamento externo para pesquisa atraído pelo programa, o número e a intensidade da cooperação internacional e a proporção de produtos publicados em revistas internacionais. Portanto, a relação entre a internacionalização e a excelência acadêmica torna-se, em síntese, dependentes de medidas objetivas da atividade internacional na instituição.

No livro “A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento” de Santos e Almeida Filho, eles apresentam uma visão otimista, realista e esperançosa ao mencionar a internacionalização como quarta força da universidade, ou a missão da universidade em ter capacidade de se mobilizar, de uma forma intencional e consciente (PEREIRA e HEINZLE, 2017), os seguintes objetivos:

- reforçar projetos conjuntos e integradores;
 - dar maior dimensão às suas atividades de formação, de pesquisa e de inovação;
 - conduzir uma agenda própria de diplomacia cultural universitária;
 - contribuir para a consolidação de Espaços Integrados do Conhecimento.
- (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012, p. 145).

Desta forma, para Pereira e Heinzele (2017) a organização do saber, com base nos objetivos citados anteriormente, emerge na caracterização de possíveis modalidades de internacionalização, como “mobilidade acadêmica, escala e ambição na investigação científica, atividades de transferência e de inovação, aferição de boas práticas e diplomacia cultural universitária”. Ademais, a mobilidade acadêmica, na visão dos autores do livro citado, é o objetivo principal nos processos de internacionalização, já que engloba estudantes, professores, pesquisadores e técnicos. Assim, a mobilidade acadêmica está organizada em conformidade aos modelos formais e informais em vigor, como mobilidade *stricto sensu*, dupla titulação, formação sanduíche, formação em cotutela, formação integral no estrangeiro e diplomas conjuntos.

No meio dessa complexidade de objetivos internacionais no mundo atual globalizado, as universidades pressionadas por forças diversas, tais como culturais, econômicas e políticas, frente ao acelerado processo de internacionalização, em nível científico e tecnológico, buscam posicionamento no mundo global. Posicionamento este, que segundo Stallivieri (2014), “trata-se até de uma questão

de sobrevivência, ou seja, é necessário internacionalizar para poder competir em níveis de igualdade com as melhores instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras”.

Ademais, no mundo globalizado, a solidariedade entre as universidades pode ser um diferencial entre as nações sem necessariamente estimular a competitividade entre elas. Almeida (2016, p. 28), concorda com essa perspectiva:

A recriação da universidade pelos valores da tradição inovadora (aqui não se trata de um oxímoro, e sim de uma dialética) dessa peculiar instituição histórica somente será alcançada por meio de propostas realistas e ações concretas, fundamentadas em marcos conceituais que compreendem o caráter socialmente transformador da educação superior. Nisto, uma internacionalização solidária será crucial, constituindo redes de apoio mútuo formadas por instituições de conhecimento e de produção intelectual que compartilham o legado milenar das universidades.

Em síntese, o processo de internacionalização está referenciado no PNE, através da meta 14 que já foi mencionada no item 2.3 deste referencial, reforçando a ideia de uma integração internacional por meio da cooperação entre as instituições. Desta forma, os projetos integrados, a mobilidade acadêmica, o incentivo aos grupos de pesquisas, o intercâmbio científico, se fazem necessários para fortalecer a cooperação internacional entre as diversas instituições de educação ao longo do mundo.

3 Metodologia

Com o objetivo de estudar o processo de internacionalização nas Universidades Públicas Federais do Rio de Janeiro, em especial UFF e UFRJ, este tópico expõe o tipo de pesquisa, o universo da pesquisa, o instrumento de coleta de dados, procedimentos técnicos e o cronograma de atividades.

3.1 Tipo de pesquisa

O tipo de pesquisa escolhido se enquadra na abordagem quantitativa, pois objetiva identificar e quantificar a temática internacionalização nas universidades e correlacionar com as agências de fomento CAPES e CNPq.

3.2 Universo da pesquisa

O universo da pesquisa será as universidades públicas federais do Rio de Janeiro, com fins de delimitação, serão utilizadas a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF), o terceiro Estado com maior número de bolsas contempladas pelo programa Ciência sem Fronteiras (CSF, 2016). O fator de decisão sobre este universo define-se pela participação expressiva das Universidades do Rio de Janeiro no programa Ciência sem Fronteiras, além de contribuir ao melhor entendimento do processo de internacionalização e administração pública nas instituições do Rio de Janeiro. Ademais, este universo de amostra será correlacionado com as instituições financiadoras Capes e CNPq e o programa Ciência sem fronteiras.

Neste contexto, a análise contemplou os discentes, graduados, pós-graduandos, mestres, doutores e/ou pós-doutores das universidades citadas acima que tenham participado do programa Ciência sem fronteiras, no período de 2010 até os dias atuais.

3.3 Instrumento de coleta de dados

Os dados foram coletados em *sites* de pesquisas científicas, tais como Portal de Periódicos da Capes, Google Scholar, Scielo, documentos públicos das instituições (relatórios de gestão, estatuto e regimento interno), e em *sites* governamentais da Capes, CNPq, MEC. Assim, foram coletados dados primários de sites governamentais e dados secundários de pesquisas científicas já produzidas.

O agrupamento dos dados se deu de forma a categorizar as instituições por universo, intercâmbio realizado, relevância no cenário acadêmico, nível de internacionalização, entre outras. A importância da coleta dos dados em primeiro momento se deu em correlação com o referencial teórico, a fim de que possa ser interpretado com a luz do referencial e se obtenha mais informações e significado sobre o presente estudo.

Por todo o exposto, a pesquisa tem um caráter documental e bibliográfico no levantamento de dados. A pesquisa documental é elaborada a partir de material que não recebeu um tratamento analítico, enquanto a bibliográfica é elaborada a partir

de material já publicado (GIL, 2002). Nesse contexto, foi feita a análise dos dados coletados em sítios governamentais, assim como a partir de artigos e/ou trabalhos (tese, dissertação) científicos e livros didáticos. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002) é indispensável em contextos históricos, e que possa permitir uma investigação ampla de uma gama de fenômenos.

Ainda de acordo com Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de uma determinada população ou um fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. E para isso, emprega-se o uso de técnicas padronizadas, tais como questionário e uma observação sistemática, assumindo, geralmente, uma forma de levantamento. Adicionalmente, Gil (2002) acrescenta que algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, buscando determinar a natureza dessa relação. Neste sentido, a presente pesquisa descritiva objetiva coletar diversas informações com grande número de variáveis, que foram reduzidas a quantificadores para descrever os fenômenos.

3.4 Procedimentos técnicos

Foi utilizado o programa *GraphPad Prism*, versão 6, USA, para elaboração dos gráficos e o programa *Microsoft Excel*, USA, para compilação, classificação e categorização dos dados coletados pelos sites governamentais da CAPES e CNPq.

3.5 Cronograma de atividades

O período de desenvolvimento total do projeto foi de dois anos em conformidade com o Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade UNIGRANRIO.

Assim, o cronograma de atividades ficou estruturado e desenvolvido do seguinte modo e ilustrado no Quadro 1:

Quadro 1 - Cronograma de atividades. As fases estão descritas no texto abaixo.

Ano	2019											2020											2021			
Mês	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	
Fase 1	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■																
Fase 2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■																
Fase 3					■	■	■	■	■	■																
Fase 4											■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■			
Fase 5													■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■			
Fase 6																	■	■	■	■	■	■	■			
Fase 7																		■	■	■	■	■	■			
Fase 8																			■	■	■	■	■			
Fase 9																				■	■	■	■			
Fase 10																							■	■	■	

Fase 1: Absorção de conhecimento através das disciplinas eletivas e optativas cursadas, ao longo do ano de 2019;

Fase 2: Consistiu na elaboração de um pré-projeto nos moldes de um seminário que culminou com a apresentação de um pôster, através da disciplina Metodologia científica, cursada no 1º período letivo de 2019;

Fase 3: Aprofundou-se o conhecimento teórico sobre internacionalização através da disciplina Controle Gerencial, cursada com o Orientador do presente projeto;

Fase 4: Revisão bibliográfica, período de pesquisa e construção do tema;

Fase 5: Definiu-se o esboço do projeto através das disciplinas de Seminário em Dissertação I, e Orientação I com o orientador do presente projeto;

Fase 6: Formatação e elaboração do projeto final para avaliação da banca de qualificação;

Fase 7: Verificação das críticas e contribuições da banca de qualificação referentes ao trabalho;

Fase 8: Levantamento e obtenção de informações, coleta de dados, consulta a documentos das instituições pesquisadas;

Fase 9: Análise e tratamento dos dados levantados;

Fase 10: Análise e considerações finais sobre a pesquisa e finalização da dissertação com submissão e apresentação para a banca examinadora.

4 Objeto de estudo: Internacionalização no Ensino Superior

O processo de globalização é uma referência e um norteador para inserir no contexto das universidades a chamada internacionalização. Este processo quebrou barreiras e paradigmas de novos processos de ensino e aprendizagem. De certo, a Universidade “para ser digna de carregar a sua insígnia, ela deve ser uma instituição aberta ao mundo, produtora e disseminadora de conhecimento, acolhedora, interconectada, cosmopolita” (UFF, 2018, p. 9). Assim, em linhas gerais a Universidade deve ser internacionalizada (UFF, 2018).

A colaboração internacional é um traço essencial à qualidade da ciência e da cultura, e nunca deixou de ocorrer ao longo dos anos. Contudo, na dependência de ações geopolíticas, econômicas, linguísticas etc., houve alguns momentos na História em que o intercâmbio internacional entre universidades foi menor em relação a outros, ou seja, ora a internacionalização exercia um papel predominante, ora o papel era reduzido. Entretanto, nas últimas décadas, foi observada nova intensificação de fluxos econômicos e de informação, o que permitiu e contribuiu à aproximação de pessoas e instituições com o compartilhamento de saberes (UFF, 2018).

A Europa foi a primeira a entender a importância de formar jovens abertos ao mundo, às diferentes identidades, às experiências multiculturais, conforme uma região com países desenvolvidos e focados com a qualidade de ensino dos seus jovens. Adicionalmente, essa tendência internacional observada na Europa é resultado da forte presença de imigrantes, da proximidade geográfica entre os países europeus e de cruzamentos de ordem geopolítica (UFF, 2018).

De certo modo, devido a este novo mundo, onde se quebram barreiras físicas e culturais, a Universidade ficou mais atenta e mais inserida no processo de crescimento técnico científico. Neste processo, houve maior interesse em pesquisas científicas com colaborações internacionais, resultando em maior fluxo de informações entre Brasil e demais países. Ademais, todo esse processo demandou um aumento de vagas de profissionais docentes e pesquisadores, além da pressão exercida no Estado Brasileiro pela sociedade na última década.

4.1 Internacionalização e Globalização

Segundo Dias Sobrinho (2010), entre a educação superior e a globalização há uma relação de mão dupla. Desta forma, a educação é considerada um fator de elevada importância social e econômica, força determinante em que o conhecimento relaciona-se com a riqueza e vantagem competitiva das nações. A globalização pressiona os governos por uma maior participação do Ensino Superior nas transformações da sociedade (SOBRINHO, 2010).

Neste processo de expansão das relações internacionais, integração das economias mundiais com a eliminação das barreiras para livre circulação de capitais e o desenvolvimento de novas tecnologias, o processo de crescimento é importante para adquirir conhecimento e atingir diretamente as políticas educacionais com forte orientação para o mercado de trabalho (MACEDO, 2013).

A internacionalização foi mais estudada a partir da década de 90, com novas pesquisas e publicações que já utilizam o termo de internacionalização superior. Segundo Jones; Wit (2012), essa alteração do termo foi um reflexo do aumento da importância e dimensão das atividades internacionais na educação superior das margens para o centro, ou seja, um processo mais abrangente.

No cenário atual, as melhores qualificações são demandadas para uma inserção mais significativa do indivíduo no mercado de trabalho. Além disso, visando a diferenciação por capacidade de produção de tecnologias informacionais cada vez mais dinâmicas entre os países, o Ensino Superior é destacado. Afinal, é nesse espaço que a maioria das produções científicas ocorre, embora haja outros ambientes em que se desenvolve pesquisa, inclusive dentro das grandes empresas (OLIVEIRA, 2013).

Em um contexto de grande movimento de abertura, os países podem abrir as barreiras aos outros países, com vistas às relações sociais e ampliação de competências, tais como educacionais, científicas e tecnológicas. Esse aumento de movimento transnacional de pesquisadores, estudantes e professores universitários forma um conhecimento mútuo que é gerado e movimentado nesta relação de internacionalização, onde há conhecimento diversificado em contexto social, econômico, cultural, linguístico etc. (SOUZA, 2017).

Neste contexto, o programa de mobilidade internacional é o que mais se destaca no Brasil atualmente, de certo por ser uma estratégia mais visível e forte para a cooperação internacional (SOUZA, 2017). Segundo as políticas estatais e institucionais brasileiras, a internacionalização é promovida por meio da diversificação e fortalecimento da base tecnológica e científica do desenvolvimento sustentável, sendo preservados “interesses nacionais e incentivos para implementar redes de excelência na investigação tecnológica e científica” (LAUS; MOROSINI, 2005, p. 148).

4.2 Rede de Assessorias Internacionais do Estado do Rio de Janeiro - REARI - RJ

A REARI - RJ consiste numa rede de assessorias internacionais, sem fins lucrativos, composta por quatorze instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro, que com suas especificidades, tem o intuito de beneficiar seus membros de forma conjunta e horizontal, promovendo o programa de mobilidade internacional (REARI-RJ, c2021).

Fundada em 2011, a rede atualmente possui 230 mil alunos de graduação, 41 mil alunos de pós-graduação, 646 cursos de graduação e 685 cursos de pós-graduação, com o objetivo de aperfeiçoamento dos seus membros, incrementando o Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, além de promover a integração de pessoas e instituições em um contexto global (REARI-RJ, c2021).

Como redes de cooperação internacional, a REARI tem três parceiros: a rede *Utrecht-Network*, a Universidade *Aix Marseille Université* e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) (REARI-RJ, c2021).

Com fins de delimitação do presente estudo, foram escolhidas duas universidades que fazem parte desta rede (REARI - RJ), visando analisar o processo de internacionalização em ambas. Portanto, foram selecionadas a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF).

4.2.1 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e seu processo de Internacionalização

Na UFRJ, precisamente em seu estatuto no art.14, que versa sobre as atividades especiais, o legislador impulsionou a cooperação técnica, pesquisa e científica, tendo em vista a comunidade internacional, conforme descrito abaixo:

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao lado das atividades gerais de educação, pesquisa, ensino e extensão, criação artística e literária e difusão da cultura, exercerá outras, especiais, tendo em vista a comunidade universitária, a comunidade nacional e a comunidade internacional. (UFRJ, c2021, Art. 14, Estatuto UFRJ).

Na UFRJ, a internacionalização caracteriza-se como a “[...] função de trabalhar pela inserção internacional da universidade em prol de seus estudantes, professores e técnicos administrativos” (DRI, c2021). A área internacional que cuida sobre o processo de internacionalização, na UFRJ, é a Diretoria de Relações Internacionais (DRI), a qual foi criada em 1994. Organizacionalmente, a DRI divide-se em cinco seções: Relações Internacionais, Acordos Acadêmicos Internacionais, Mobilidade, Acolhimento e Gestão Administrativa (DRI, c2021).

Cumprir também que as atividades realizadas pela DRI são abrangentes, sendo a principal mediadora institucional da UFRJ com o exterior, estabelecendo o diálogo entre instituições de natureza acadêmica (universidades) e institutos de pesquisa, além de entre órgãos governamentais (embaixadas e consulados) e agências internacionais. Assim, a DRI mantém uma rede nacional e internacional de relacionamentos, incluindo o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior (MEC/SESu), o Ministério das Relações Exteriores e agências de fomento como a CAPES e o CNPq (DRI, c2021).

Um dos programas de internacionalização na UFRJ é o intercâmbio de alunos de graduação ou pós-graduação entre a UFRJ e instituições parceiras de ensino superior parceiras, programa este também chamado pela instituição de mobilidade regular da DRI. O programa de mobilidade regular da DRI realiza os acordos de cooperação entre a UFRJ e as diversas instituições de ensino superior parceiras e estrangeiras, informando os direitos e deveres dos intercambistas (DRI, c2021b).

Nas tabelas 1 e 2 a seguir, estão mencionados tanto os graduandos como os pós-graduandos em programas de intercâmbio, de acordo com o programa de mobilidade regular da DRI da UFRJ. A partir dos dados, é possível observar que a Europa é o grande polo de intercâmbio da UFRJ, com destaque para Alemanha, França, Espanha e Portugal, tanto no envio de alunos como no recebimento de alunos estrangeiros.

Tabela 1: Alunos da UFRJ, graduandos e pós-graduandos, que fizeram intercâmbio no exterior, por ano e país, na modalidade sanduíche.

Países	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alemanha	9	11	3	6	15	14
Argentina	0	1	6	8	7	7
Dinamarca	0	9	2	0	2	4
Espanha	17	40	17	4	4	46
França	26	33	14	24	15	41
Itália	5	3	6	8	9	5
Portugal	18	63	30	56	39	86
Outros Países	1	9	16	14	15	22
Total por ano	76	169	94	120	106	225

Fonte: próprio autor. Elaborado com base em dados dos indicadores de Relações Internacionais da UFRJ, 2014 – 2019.

Tabela 2: Alunos de outros países (estrangeiros) que fizeram intercâmbio na UFRJ, por ano e país de origem, na modalidade sanduíche.

Países	2016	2017	2018	2019
Alemanha	14	12	22	13
Argentina	0	1	5	10
Dinamarca	7	6	7	3
Espanha	16	11	10	16
França	48	32	36	36
Itália	8	4	6	7
Portugal	38	27	25	23
Outros Países	20	19	21	10
Total por ano	151	112	132	118

Fonte: próprio autor. Elaborado com base em dados dos indicadores de Relações Internacionais da UFRJ, 2016 – 2019.

O gráfico 1 abaixo representa os países de maior interesse acadêmico e científico, em percentual, pelos alunos de graduação e pós-graduação da UFRJ, de acordo com a observação do quadro 2. Nota-se que os alunos da UFRJ têm grande procura e, portanto, interesse acadêmico científico por Espanha, França e Portugal. Ademais, vale destacar que Portugal tem média superior a 30% dos alunos em

intercâmbio, sugerindo que o fator da língua é um grande impulsionador desses números.

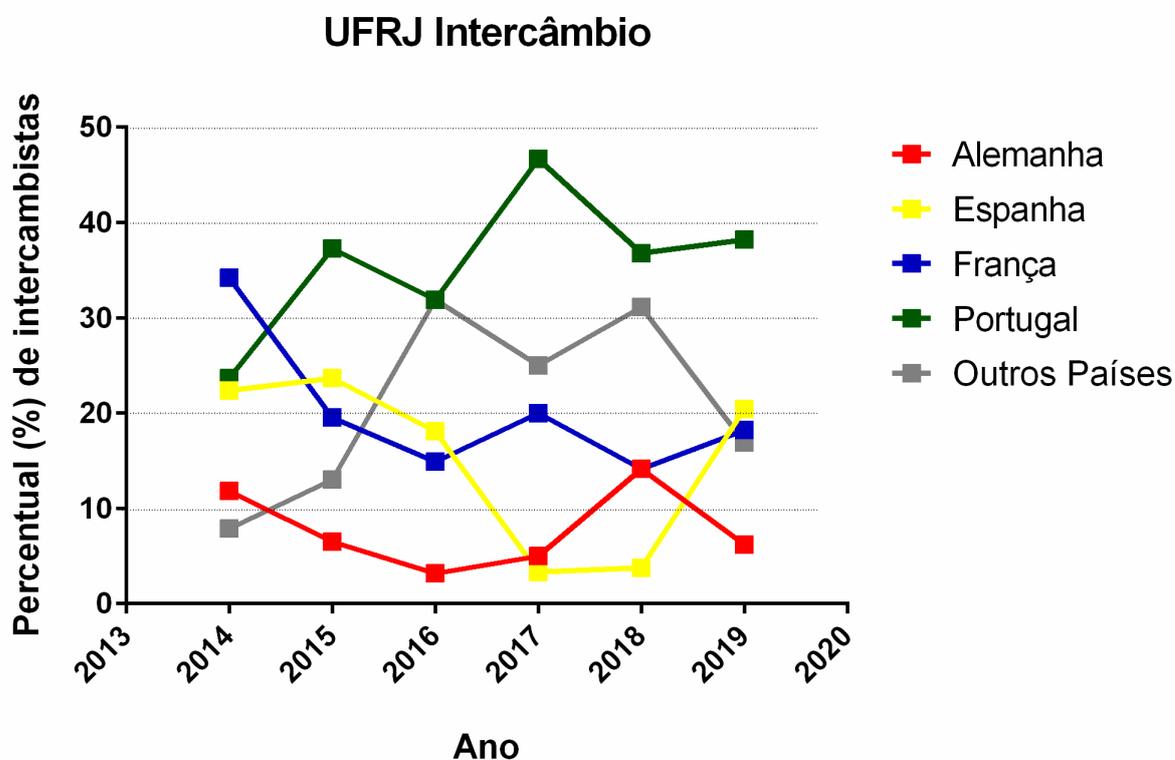


Gráfico 1: Percentual de alunos que realizaram intercâmbio nos principais países compreendidos entre o período de 2014 a 2019. Elaborado pelo autor com base em dados dos Indicadores de Relações Internacionais UFRJ.

4.2.2 Universidade Federal Fluminense (UFF) e seu processo de Internacionalização

A UFF realiza o seu processo de internacionalização através da cooperação internacional, que tem como filosofia a política de formação acadêmica. Esta IES valoriza de forma significativa a inserção internacional de seus quadros docente e discente, facilitando o acesso às oportunidades de intercâmbio de seus alunos em Instituições de Ensino e Pesquisa com as quais mantém acordos de cooperação através da sua Superintendência de Relações Internacionais (SRI) (COOPERAÇÃO, c2021).

É importante destacar que a UFF formaliza o intercâmbio de alunos, professores e pessoal técnico-administrativo e/ou o desenvolvimento de outras atividades de natureza técnico-científicas por meio dos convênios de cooperação,

respeitando as leis e instruções normativas a que se submete cada uma das instituições conveniadas (COOPERAÇÃO, c2021).

Estes acordos de colaboração podem ser bilaterais ou multilaterais e viabilizam as parcerias acadêmicas com as instituições estrangeiras. Estes acordos garantem aos estudantes, certos benefícios tais como não pagar taxas escolares na universidade estrangeira parceira, receber um visto de estudante do país de destino, permitindo sua matrícula na instituição estrangeira e a sua permanência no país pelo tempo necessário, bem como poder aproveitar os créditos obtidos na universidade estrangeira (COOPERAÇÃO, c2021).

4.2.2.1 Plano de Internacionalização da UFF

O Plano de internacionalização da UFF, conforme informação retirada em seu site, consiste em 3 pilares que subentende-se como a visão da UFF sobre a internacionalização:

1. Conceber um modelo de internacionalização que considere a necessidade de inclusão do Brasil no concerto das grandes nações, nos principais centros de produtores de conhecimento científico e cultural;
2. Promover uma internacionalização solidária com instituições e centros de pesquisa em fase de implantação, desenvolvimento ou consolidação, sobretudo na América Latina e na África, para os quais podemos dar efetiva contribuição na condição de liderança regional;
3. Levar em consideração a missão expressa da Universidade Federal Fluminense, que é produzir, difundir e aplicar conhecimento e cultura de forma crítica e socialmente referenciada. (UFF, 2018, p. 7).

Segundo o plano de Internacionalização da Universidade Federal Fluminense, a UFF tem por finalidade a cooperação de maneira recíproca com instituições e centros de pesquisa no exterior, participando internacionalmente da produção de conhecimento e, ao mesmo tempo, obtendo e gerando ganhos de qualidade nos diálogos entre pares. A cooperação da UFF é feita por meio de convênios ou acordos institucionalizados formalmente, mas ocorre também através de ações de cooperação mais descentralizadas ou informais. A cooperação pode ser também entre pares, a qual pode estar vinculada a convênios ou a outras formas de parceria, como, por exemplo, as ações de mobilidade discente e docente (UFF, 2018).

Tabela 3: Quantidade de cursos em cada modalidade na UFF.

Cursos	Quantidade
Graduação	135
Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	81
Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	131
Residência Médica	45

Fonte: próprio autor, elaborado com base em dados do Plano de Internacionalização da UFF, 2018.

Destaca-se que no plano de internacionalização da UFF, a internacionalização propriamente dita, está presente de modo mais desenvolvido nos programas de pós-graduação de excelência, de notas 6 e 7 na avaliação da Capes, mas também em boa parte dos programas com nota 5. Os demais programas, contudo, também têm ações pontuais de inserção internacional (UFF, 2018).

4.2.2.2 Pesquisa na UFF

A pesquisa na UFF em relação à internacionalização, ou colaboração internacional, está classificada em dois tipos, a saber: “as que estão institucionalizadas no nível central da universidade, e as que são conduzidas de forma descentralizada por professores, grupos de pesquisa, programas de pós-graduação ou unidades de ensino [...]” (UFF, 2018, p. 15).

Em relação ao primeiro tipo, no nível central da universidade, a UFF estabelece convênios e acordos através da chancela da Superintendência de Relações Internacionais, em um patamar de paridade e de reciprocidade com universidades parceiras. Em síntese, a UFF mantém 244 convênios ativos com instituições estrangeiras, desenvolvendo pesquisa e mobilidade, abrangendo quase 50 países (Figura 7). Já o segundo tipo, que abrange as colaborações descentralizadas, refere-se às colaborações individualizadas por professores, grupos de pesquisa ou pelos programas de pós-graduação sem que haja um acordo formalizado pela Superintendência de Relações Internacionais (UFF, 2018).

Na figura 7 abaixo está mostrado o panorama de colaboração internacional da UFF na atualidade. Atualmente, a UFF mantém acordos de cooperação acadêmica com mais de 260 instituições em 44 países, recebendo uma média de 100 alunos estrangeiros e enviando em torno de 300 alunos todo ano, sendo que cerca de 80 destes com bolsas de estudo (SRI, c2021).

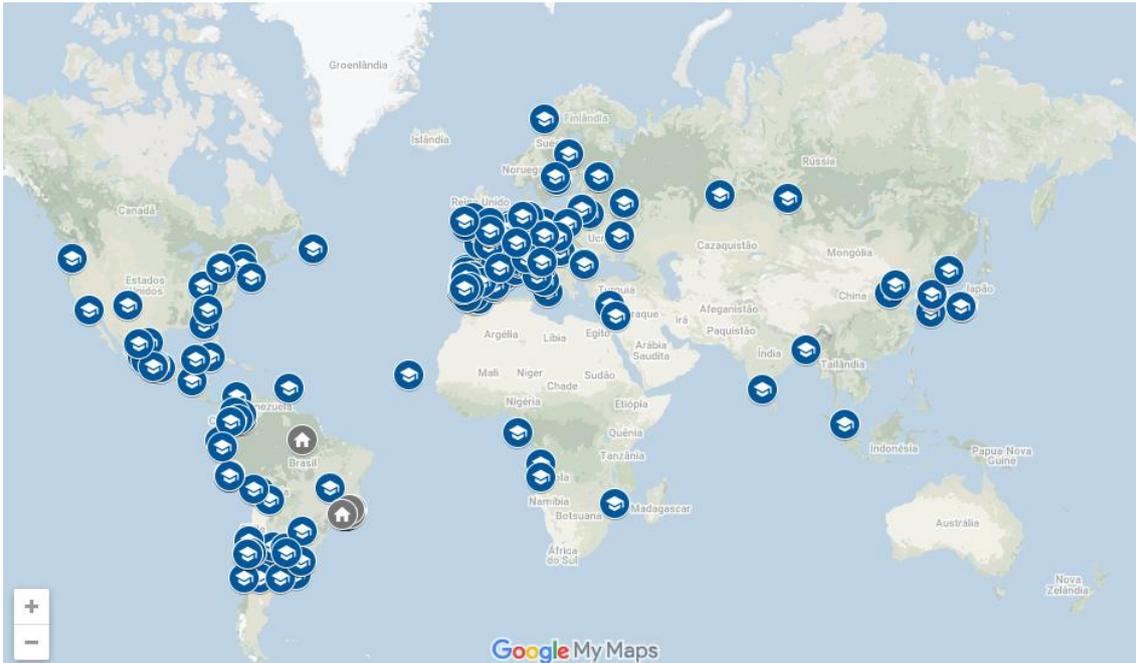


Figura 7: Países e suas universidades que têm convênios e acordos com a UFF. Fonte: SRI, c2021.

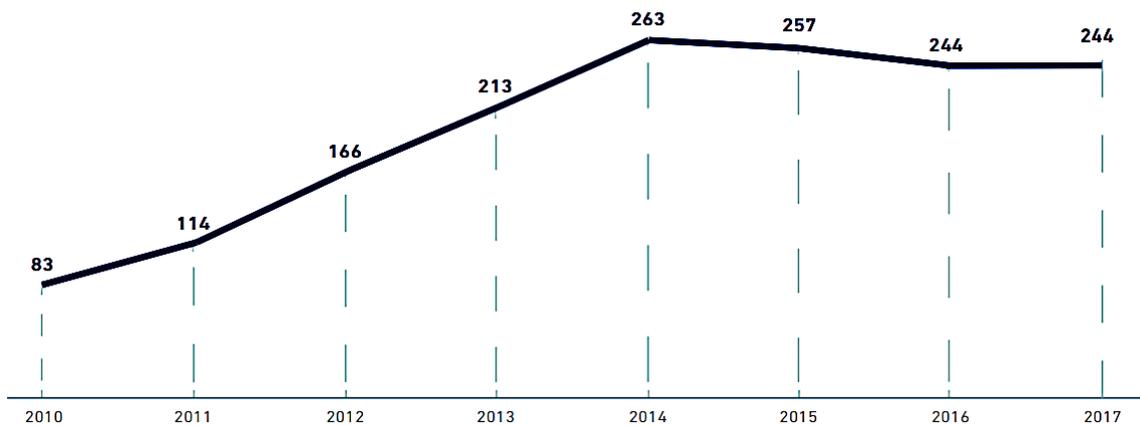


Gráfico 2: Número de acordos e convênios da UFF com instituições estrangeiras, compreendido entre o período de 201 a 2017. Fonte: UFF, 2018.

No gráfico 2 é perceptível o crescimento do número de acordos e convênios da UFF com instituições estrangeiras ao longo dos anos. Assim, essa política institucional foi crescendo e maturando nos últimos anos, sendo que a partir de 2014 apresentou certa estabilidade. Essa estabilização no número de acordo e convênios é consequência da reformulação e atualização dos processos de renovação das instituições parceiras, mantendo apenas as parcerias ativas e efetivas na pesquisa, pós-graduação ou mobilidade acadêmica (UFF, 2018). Atualmente, a UFF conta com 260 instituições parceiras, conforme mencionado anteriormente sobre a figura 7.

As colaborações internacionais mais frequentemente conduzidas pelos professores e pesquisadores da UFF ocorrem com instituições dos seguintes países: 1º Portugal, 2º EUA, 3º Espanha, 4º França, 5º Argentina, 6º Itália, 7º Reino Unido, 8º Alemanha, 9º Canadá, 10º México. Portanto, destacam-se o continente Europeu e o Americano (UFF, 2018).

Outra modalidade de colaboração internacional do primeiro tipo é a parceria em rede estabelecida pela UFF enquanto instituição. Essa parceria permite a colaboração em pesquisas de professores e alunos da universidade, especialmente alunos da pós-graduação. Tais redes internacionais que a UFF tem parceria são:

- Universidades do Grupo Tordesilhas, [...];
- Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP)
- Agência Universitária da Francofonia (AUF);
- Rede Salamanca;
- Grupo Utrecht, de universidades europeias;
- Organização Universitária Interamericana (OUI);
- Liga de Universidades dos Países do Bloco BRICS, iniciativa chinesa;
- Rede de Universidades dos Países do Bloco BRICS, iniciativa russa;
- Programa Erasmus Mundus, em parceria com diferentes universidades europeias. (UFF, 2018, p. 17).

A publicação em periódicos é uma iniciativa dos Programas de pós-graduação, que têm empreendido esforços para internacionalizar os periódicos científicos editados na universidade, indexando-os em bases de dados internacionais e repositórios conceituados. O Fórum de Editores de Periódicos Científicos da universidade, estabelecido pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, tem contribuído significativamente para esse processo (UFF, 2018).

Em relação às iniciativas descentralizadas, tanto os professores, grupos de pesquisa, ou programas de pós-graduação, conduzem suas ações colaborativas de maneira independente com seus parceiros, sem necessariamente formalizar a colaboração com a Superintendência de Relações Internacionais. Destaca-se a importância dessa autonomia, pois permite agilizar os processos, a tomada de decisões e o uso de recursos para pesquisas. Além disso, essas ações traduzem-se em publicações científicas, registros de patentes, orientações conjuntas e outros resultados diretamente relevantes para a universidade (UFF, 2018).

Cerca de 84% dos 81 programas de pós-graduação da UFF contam com professores doutores que participam ativamente de comitês de revistas científicas internacionais indexadas. Ademais, em 87% desses programas, há professores doutores que são membros de sociedades ou associações científicas internacionais (UFF, 2018).

Referente ao programa de mobilidade internacional, os programas de pós-graduação da UFF têm utilizado de forma eficaz a totalidade das cotas de doutorado-sanduiche que recebe, com uma demanda maior do que o número de bolsas disponíveis, principalmente nos programas com foco em internacionalização. Tais programas são, inclusive, de excelência segundo os parâmetros da CAPES (UFF, 2018).

RECEBIMENTO DE ALUNOS

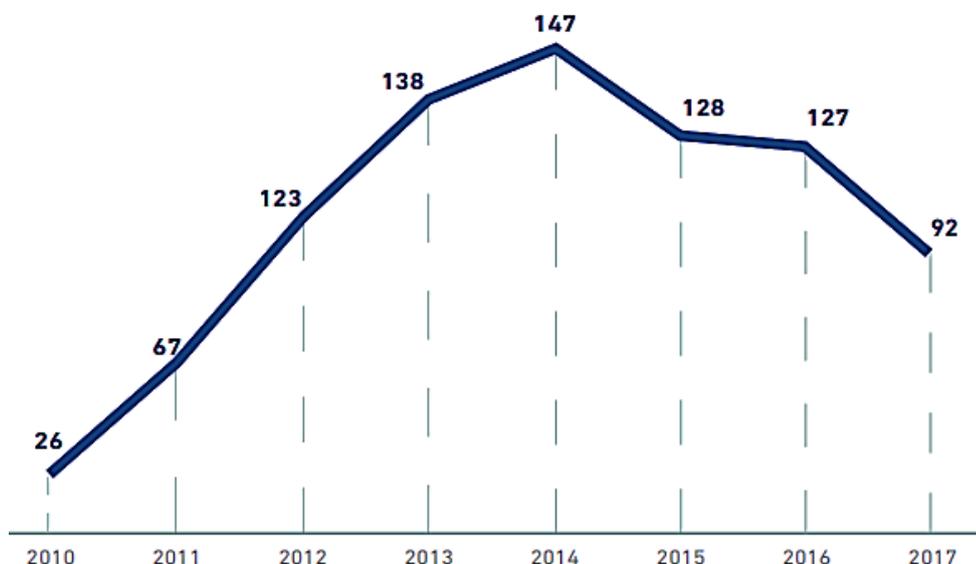


Gráfico 3: Número de alunos estrangeiros recebidos pela UFF pelo seu Programa de Mobilidade internacional, compreendido entre o período de 2010 a 2017. Fonte: UFF, 2018.

ENVIO DE ALUNOS

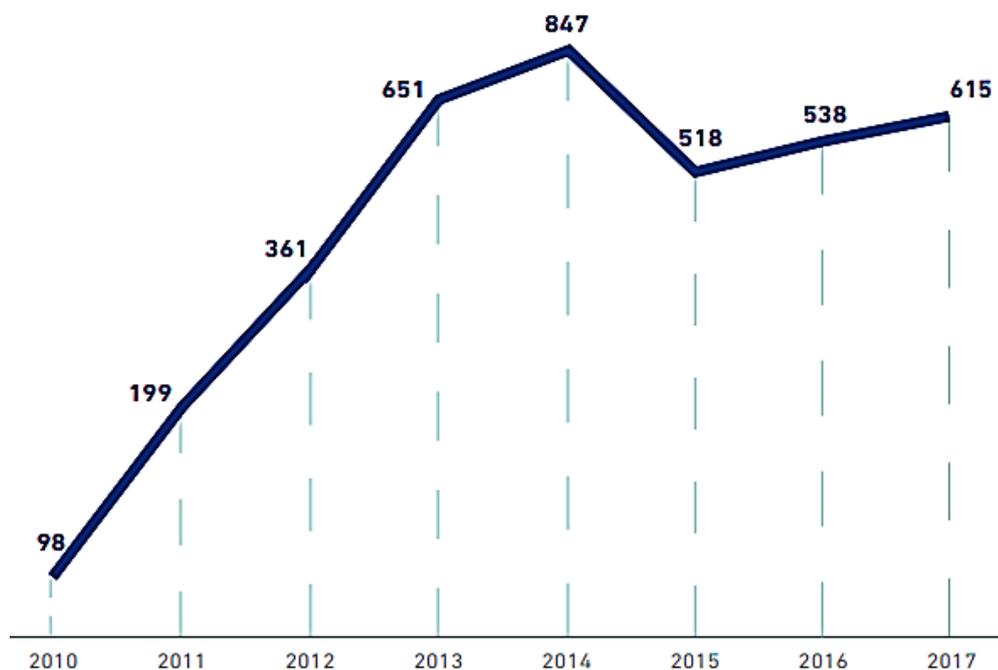


Gráfico 4: Número de alunos enviados pela UFF para o exterior pelo seu Programa de Mobilidade internacional, compreendido entre o período de 2010 a 2017. Fonte: UFF, 2018.

Nos gráficos 3 e 4, nota-se um crescimento acentuado no período entre 2012 a 2014, tanto no recebimento de alunos estrangeiros quanto no envio de alunos para o exterior. Políticas públicas, como o programa Ciência Sem Fronteiras (CSF), contribuíram significativamente para o ápice do programa de mobilidade internacional da UFF, tornando a UFF a segunda Universidade no Estado do Rio de Janeiro que mais enviou alunos para estudo no exterior pelo CSF. Enquanto que, o fim do programa Ciência Sem Fronteiras contribuiu à queda observada na curva do gráfico 4 (UFF, 2018).

Segundo o plano de internacionalização da UFF (2018), em dezembro de 2017, havia pelo menos um aluno estrangeiro em 62% dos programas de pós-graduação. Estes alunos estrangeiros vinham principalmente da América Latina, seguido por África, Europa, América do Norte, Ásia e Oriente Médio. Neste sentido, a Superintendência de Relações Internacionais têm incentivado os professores de pós-graduação a oferecer disciplinas em idiomas estrangeiros, especialmente em inglês, para atrair mais alunos estrangeiros e elevar a competência linguística dos alunos da UFF (UFF, 2018).

4.3 Programa Institucional de Internacionalização – CAPES - PrInt

É um projeto institucional do CAPES que tem por objetivo fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições de ensino e pesquisa, além de estimular a criação de redes de pesquisas internacionais buscando o aprimoramento da qualidade da produção científicas de pós-graduação. Dessa maneira, esse projeto institucional da CAPES busca promover a mobilidade de docentes e discentes, especialmente doutorandos, e pós-doutorandos para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu com cooperação internacional, fomentando a transformação das instituições participantes do programa em um ambiente internacional (CAPES, 2020).

Cada projeto institucional financiado tem duração de até 04 anos, e começou a partir de novembro de 2018. Este projeto financia missões de trabalho no exterior, manutenção de projetos, bolsas de doutorado sanduiche, professor visitante junior, professor visitante sênior e capacitação em cursos de curta duração no exterior, além de bolsas no país para jovem talento, professor visitante e pós-doutorado (CAPES, 2020).

O art. 4º da portaria nº 220/2017 CAPES institui e regulamenta o programa Institucional de Internacionalização nas instituições de Ensino Superior e Institutos de Pesquisa. Este artigo acrescenta um mínimo de qualificação e metas a cumprir para ser elegível ao programa, tais como que a instituição tenha pelo menos quatro Programas de Pós-Graduação (PPG) stricto sensu, sendo pelo menos dois de doutorado, recomendados pela avaliação da CAPES e que possuam um Plano Institucional de Internacionalização ou documento congênere. Adicionalmente, no parágrafo único deste art. 4º diz que “A Instituição proponente deve apresentar somente uma proposta, na qual deverão ser enumerados todos os PPGs inseridos no Projeto Institucional de Internacionalização com a devida justificativa” (BRASIL, 2017, Art. 4º).

Na portaria nº 8/2018 da CAPES, a finalidade bem como os objetivos que a CAPES visa alcançar em seus programas ou projetos de internacionalização, estão bem explícitos em seu art. 5º, como órgão financiador e promovendo a internacionalização. Em suma, a CAPES visa o crescimento do intercâmbio

internacional para a inserção do Brasil em redes internacionais de pesquisas, estimulando a colaboração científica por meio do seu financiamento, entre outros objetivos, tais como:

III - Atender às necessidades de formação de pessoal de alto nível.

IV - Promover o acesso da comunidade acadêmica brasileira e estrangeira aos centros de excelência acadêmicos e científicos.

V - Facilitar o acesso de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, a centros de excelência em diferentes estágios de desenvolvimento científicos e tecnológicos.

VI - Estimular a colaboração científica, a produção científica conjunta e a orientação compartilhada de teses entre docentes que atuam no Brasil e no exterior.

VII - Estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive a equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes. (BRASIL, 2018, Art. 5º).

O programa permite à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e aos coordenadores dos projetos de pesquisa vinculados ao plano estratégico CAPES - Print o recebimento e a gestão de recursos de custeio. Portanto, cabe ao Gestor, no âmbito da prestação de contas do Programa, submeter a CAPES, relatórios técnicos anuais contendo o percentual de execução das ações, relatórios técnicos parciais (bianuais) com levantamento de informações para a renovação de proposta e relatório técnico final com a execução da estratégia de internacionalização (CAPES, 2021).

Na figura 8 abaixo, observam-se as etapas do programa CAPES - Print, contendo a prestação de contas, os prazos dos relatórios, objetivos e metas a cumprir, no seu primeiro ciclo de 05 anos de execução completa.

LINHA DO TEMPO ATÉ O ANO V

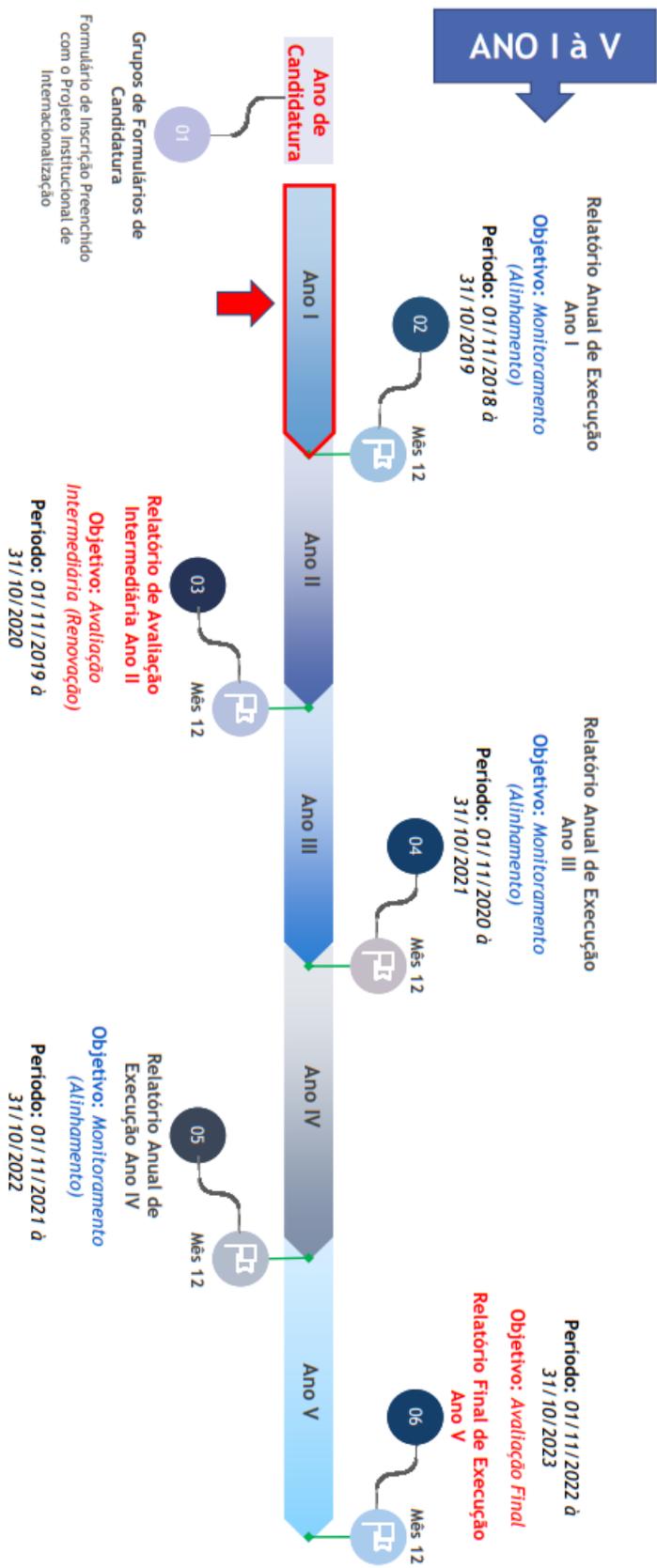


Figura 8: Etapas do Programa Print – CAPES até a sua execução final. Fonte: CAPES, 2019.

O programa através do seu guia de aceleração, sugere etapas para acelerar a internacionalização nas Instituições de Ensino Superior (IES) e nos Institutos de Pesquisa (IP), sintetizados em quatro níveis distintos: conhecimento e compromisso, implementação, consolidação e internacionalização plena. Cumpre destacar que as etapas devem ser realizadas pelas Pós-Graduações *stricto sensu* (CAPES, 2020b).

Analisando as etapas sugeridas pelo guia de aceleração, observa-se que uma etapa precede a outra. A etapa de conhecimentos e compromisso deve ser realizada com o intuito de pesquisar e validar o interesse da instituição pelo processo de internacionalização junto à comunidade acadêmica e expressando-a formalmente em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Em relação à implementação, a instituição de interesse deverá formalizar seus objetivos, metas, ações e compromissos com a internacionalização, por meio de um Plano Institucional de Internacionalização (PII). Nesse PII, a instituição deve formalizar, sistematizar, preparar e operacionalizar. Enquanto que, na fase de consolidação, a instituição avança no desenvolvimento de suas competências de internacionalização institucional, com o seu PII implantado e operacional (CAPES, 2020b). Por fim, na fase de internacionalização plena, a instituição se consolida com “objetivo de assertividade internacional e de réplica interna de sua experiência internacional adquirida nas relações de Cooperação Educacional Internacional” (CAPES, 2020b, p. 10). Essas quatro etapas sugeridas pelo programa institucional CAPES – PrInt para aceleração da internacionalização nas Instituições de Ensino Superior estão ilustradas a seguir na figura 9.



Figura 9: Esquema representativo dos níveis de maturidade em internacionalização das Instituições de Ensino Superior. Fonte: CAPES, 2020b.

5 Análise dos resultados

Após as coletas de dados, pretendeu-se realizar a análise na perspectiva bibliométrica, que conforme Araújo (2006) consiste em uma análise quantitativa de informações bibliográficas por meio dos índices de produção e disseminação de conhecimento científico. Segundo Soares et al. (2016, p. 175), a bibliometria é um método de análise quantitativa, na qual “os dados elaborados por meio dos estudos bibliométricos mensuram a contribuição do conhecimento científico derivado das publicações em determinadas áreas”.

Portanto, após o levantamento e análise dos documentos públicos e internos, no caso concreto as universidades públicas e os órgãos de fomento, tivemos um arcabouço para conceituar e categorizar as universidades estudadas na questão primordial que é o processo de internacionalização.

Por se tratar de uma pesquisa bibliométrica, os objetivos e análises foram observados na metodologia aplicada e quantificados, já que a análise quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las (SILVA e MENEZES, 2005).

A fim de elaborar e operacionalizar a pesquisa, visando responder ao questionamento proposto, optou-se por definir algumas variáveis a serem estudadas no presente projeto.

As variáveis da pesquisa foram classificadas em:

- Internacionalização no MEC;
- Fomento ao processo de internacionalização;
- Desenvolvimento do programa Ciência sem fronteiras.

5.1 Internacionalização no MEC:

No Ministério da Educação (MEC), existe o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), que foi instituído pela Portaria nº 30, de 26 de janeiro de 2016, que em suma, é uma política voltada à internacionalização da educação superior e tem por objetivo principal “promover ações em prol de uma política linguística para a internacionalização do ensino superior brasileiro, valorizando a formação especializada de professores de línguas estrangeiras” (MEC, 2020). Nesse contexto, este programa contribui para a capacitação linguística tanto de alunos quanto de professores no processo de internacionalização do ensino superior.

Dessa maneira, a meta principal do programa é:

Propiciar a formação inicial e continuada e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das instituições de educação superior, inclusive da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de professores de idiomas da rede pública de Educação Básica, bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa, contribuindo para o desenvolvimento de uma política linguística para o país e para o processo de internacionalização da Educação (MEC, 2020).

Os resultados do programa IsF constituem cerca de 79.178 inscrições em teste de proficiência TOEIC Bridge e 713.430 inscrições em teste de proficiência TOEFL ITP durante os 5 anos compreendidos entre 2016 a 2020 (MEC, 2020).

Outro programa com fins de internacionalização do MEC é o Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que foi instituído pelo Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores. Este programa oferece oportunidades de formação superior a cidadãos

de países estrangeiros em instituições de ensino superior brasileiras, e posteriormente estes alunos retornam ao seu país de origem (MEC, 2020).

Este programa objetiva intensificar a união e integração do Estado Brasileiro com Estados Estrangeiros. Assim, este programa contribui à formação de alto nível de recursos humanos no Ensino Superior, bem como ao desenvolvimento intercultural e internacionalização das IES brasileiras (MEC, 2020).

Em relação aos resultados do programa têm-se que mais de 23.000 vagas das IES brasileiras foram para alunos estrangeiros em 7 anos, compreendidos entre 2014 a 2020, sendo que mais de 5.000 estudantes estrangeiros foram selecionados em um mesmo período. “Atualmente, há 1.815 alunos de 53 países diferentes regularmente matriculados em 89 IES brasileiras. Entre 2009 e 2020, mais de 2.300 alunos estrangeiros se formaram no Brasil”, segundo o portal do MEC (MEC, 2020).

Por todo o exposto acima, conclui-se que o MEC através de seus programas específicos de internacionalização também tem o fator de promover e impulsionar a internacionalização do Estado Brasileiro, com fim de aumentar a qualidade do ensino superior e tornar as IES internacionalizadas.

5.2 Fomento ao processo de internacionalizar:

A análise dessa variável consiste em levantar os dados da CAPES e do CNPq referentes ao processo de bolsas e subsídios aos alunos e docentes/pesquisadores contemplados no processo de intercâmbio, com vistas a levantar os procedimentos aplicados, onde se dará por:

- a)Análise quantitativa;
- b)Compreender o processo de fomento de bolsas.

A análise desta variável tem um sentido mais prático de produzir uma síntese dos dados analisando os valores gastos, quantidade de alunos e docentes/pesquisadores, países de destino etc. ao longo do período entre 2010 a 2019. As informações foram retiradas das agências de fomento CAPES e CNPQ, com delimitação compreendida entre a UFRJ e UFF.

a) Análise quantitativa:

Primeiramente, serão analisados os gastos e quantitativo de bolsas no período de 2010 a 2019 nas duas instituições UFRJ e UFF, pelas agências de fomento CAPES e CNPQ.

Nas tabelas a seguir estão os dados obtidos pelos dados abertos das agências de fomento CAPES e CNPq com relação às quantidades de bolsas e gastos com Cooperação Internacional tanto pela UFRJ quanto pela UFF.

Tabela 4. Quantidade de bolsas financiadas pela CAPES e gastos com Cooperação Internacional pela UFRJ.

Ano	Quantidade de bolsas	Dólar	Euro	Dólar Australiano	Dólar Canadense	Real
2010	170	265.187,43	751.513,57	22.200,00	121.798,45	37.800,00
2011	186	602.184,62	1.446.136,51	7.600,00	88.439,33	162.300,00
2012	908	2.606.405,85	3.495.757,94	36.844,00	256.540,18	912.125,00
2013	553	1.135.065,00	1.709.094,13	45.067,00	87.126,40	206.640,00
2014	831	2.778.611,83	4.343.031,35	381.179,50	355.136,00	351.950,00
2015	1.175	4.180.153,00	7.199.559,57	45.222,00	192.359,92	1.277.180,00
2016	813	3.032.882,50	8.737.732,25	480.644,50	358.775,58	2.960.526,65
2017	300	832.432,00	1.546.762,50	117.857,00	69.835,65	315.200,00
2018	200	1.048.024,29	2.142.254,60	351.937,20	92.350,00	272.500,00
2019	424	1.454.647,00	3.196.195,85	115.496,50	221.587,00	572.238,99
Total	5560	17.935.593,52	34.568.038,27	1.604.047,70	1.843.948,51	7.068.460,64

Fonte: próprio autor, elaborado com base em dados abertos da CAPES, disponível em seu portal capes.gov.br.

Tabela 5. Continuação de quantidade de bolsas financiadas pela CAPES e gastos com Cooperação Internacional pela UFRJ.

Ano	Quantidade de bolsas	Libra Esterlina	Iene Japonês	Coroa Sueca
2010	170	65.737,67	0	0
2011	186	153.135,33	3.850.006,67	0
2012	908	398.048,54	1.961.260,00	0
2013	553	225.372,00	1.299.567,00	0
2014	831	186.060,00	6.059.029,00	0
2015	1.175	706.351,00	17.627.050,39	1.197.724,00
2016	813	1.337.822,68	9.853.124,00	1.471.370,00
2017	300	187.938,00	0	79.109,00
2018	200	280.572,15	2.562.506,00	220.788,00
2019	424	412.016,00	0	691.900,00
Total	5560	3.953.053,37	43.212.543,06	3.660.891,00

Fonte: próprio autor, elaborado com base em dados abertos da CAPES, disponível em seu portal capes.gov.br.

Tabela 6. Continuação de quantidade de bolsas financiadas pela CAPES e gastos com Cooperação Internacional pela UFRJ.

Ano	Quantidade de bolsas	Coroa Norueguesa	Franco Suíço	Coroa Dinamarquesa
2010	170	0	0	0
2011	186	0	0	0
2012	908	0	0	0
2013	553	0	0	0
2014	831	0	0	0
2015	1.175	270.638,00	16.322,00	0
2016	813	0	0	939.530,00
2017	300	100.656,00	9.922,00	0
2018	200	0	56.663,00	0
2019	424	528.260,00	32.850,00	428.920,00
Total	5560	899.554,00	115.757,00	1.368.450,00

Fonte: próprio autor, elaborado com base em dados abertos da CAPES, disponível em seu portal capes.gov.br.

Tabela 7. Quantidade de bolsas financiadas pela CAPES e gastos com Cooperação Internacional pela UFF.

Ano	Quantidade de bolsas	Dólar	Euro	Dólar Australiano	Dólar Canadense	Real
2010	42	57.686,67	271.412,66			3.600,00
2011	66	221.798,00	453.700,01		9.846,00	115.200,00
2012	340	694.624,66	1.495.797,93	8.107,00	79.185,00	307.200,00
2013	206	426.644,00	606.820,97		44.676,00	11.300,00
2014	415	1.531.448,00	1.881.189,91	381.175,00	274.362,00	100.086,32
2015	707	3.397.180,00	3.148.563,87	70.952,00	60.032,00	248.720,00
2016	424	2.294.979,07	3.066.687,23		13.324,00	1.015.397,17
2017	97	205.914,00	449.455,00	13.022,50	26.648,00	157.900,00
2018	88	198.396,00	1.031.371,00	136.531,50	55.870,00	93.684,40
2019	143	345.307,00	1.270.115,12	30.870,00	61.226,00	160.356,82
Total	2528	9.373.977,40	13.675.113,70	640.658,00	625.169,00	2.213.444,71

Fonte: próprio autor, elaborado com base em dados abertos da CAPES, disponível em seu portal capes.gov.br.

Tabela 8. Continuação da quantidade de bolsas financiadas pela CAPES e gastos com Cooperação Internacional pela UFF.

Ano	Quantidade de bolsas	Libra Esterlina	Coroa Sueca	Coroa Norueguesa	Coroa Dinamarquesa
2010	42	0	0	0	0
2011	66	22.411,67	0	0	0
2012	340	86.385,00	0	0	0
2013	206	79.846,00	0	0	0
2014	415	86.340,00	0	0	0
2015	707	311.520,00	268.157,00	776.884,00	180.632,00
2016	424	585.121,00	914.015,00	0	0
2017	97	64.674,00	0	0	0
2018	88	235.464,00	0	0	0
2019	143	55.690,00	0	0	89.920,00
Total	2528	1.527.451,67	1.182.172,00	776.884,00	270.552,00

Fonte: próprio autor, elaborado com base em dados abertos da CAPES, disponível em seu portal capes.gov.br.

A partir das tabelas 4, 5 e 6 (UFRJ) e, 7 e 8 (UFF), é possível observar que houve um crescimento na Cooperação Internacional tanto na UFRJ como na UFF, no período compreendido entre 2012 a 2016. Este período teve grande foco no programa ciência sem fronteiras, o qual foi um grande impulsionador deste crescimento de bolsas.

Adicionalmente, pode-se identificar que os gastos em pagamento de bolsas em Euro e Dólar são os maiores no período selecionado. Portanto, depreende-se que Europa e EUA foram os lugares mais procurados e com mais incentivo. Na UFRJ os gastos em pagamento de bolsas pela CAPES foram de 34.568.038,27 Euros e 17.935.593,52 dólares, que em percentuais do gasto total destinado à UFRJ representam 29,74 % e 15,43%, respectivamente. Enquanto que na UFF, os gastos em pagamentos de bolsas pela CAPES foram de 13.675.113,70 euros e 9.373.977,40 dólares, que em percentuais do gasto total destinados à UFF representam 45,15% e 30,95 %, respectivamente.

A seguir estão ilustradas representações gráficas (Gráfico 5 e 6) dos gastos em milhões destas principais moedas utilizadas durante o financiamento da CAPES em Cooperação Internacional pela UFRJ e UFF. De acordo com estes gráficos é possível notar e corroborar os dados em percentuais apresentados acima, que o euro foi a moeda mais utilizada por ambas as instituições financiadas pela CAPES.

Gastos CAPES - UFRJ

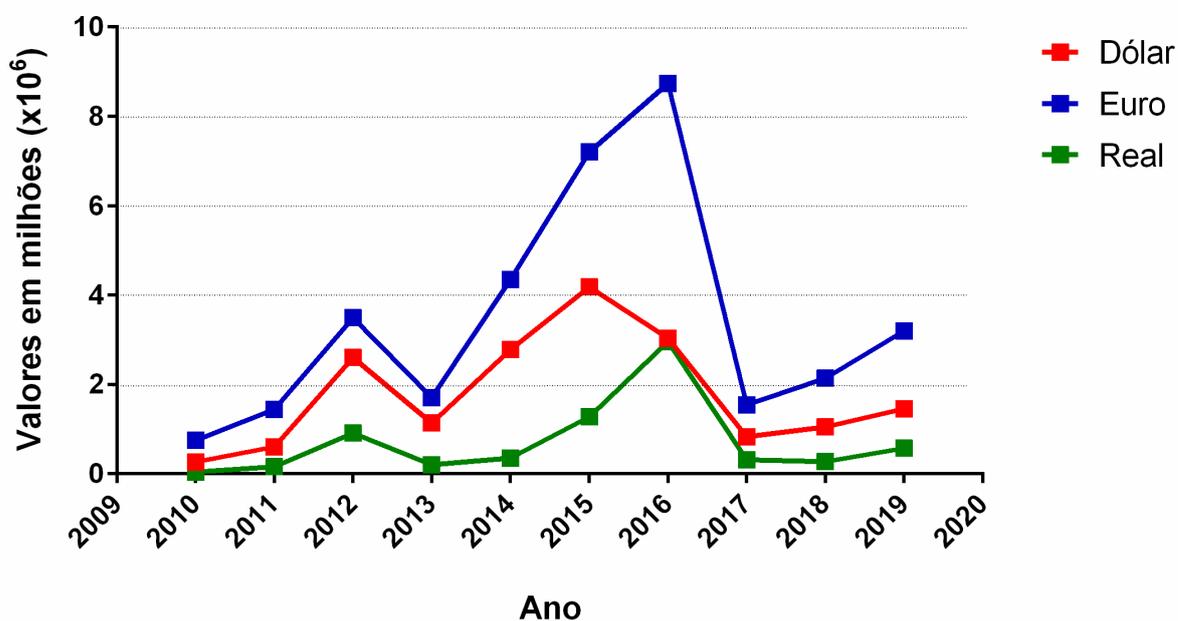


Gráfico 5: Gastos em milhões nas principais moedas utilizadas (dólar americano, euro e real) com bolsas financiadas pela CAPES em cooperação internacional pela UFRJ. Elaborado pelo autor com base em dados abertos da CAPES, disponível em seu portal capes.gov.br.

Gastos CAPES - UFF

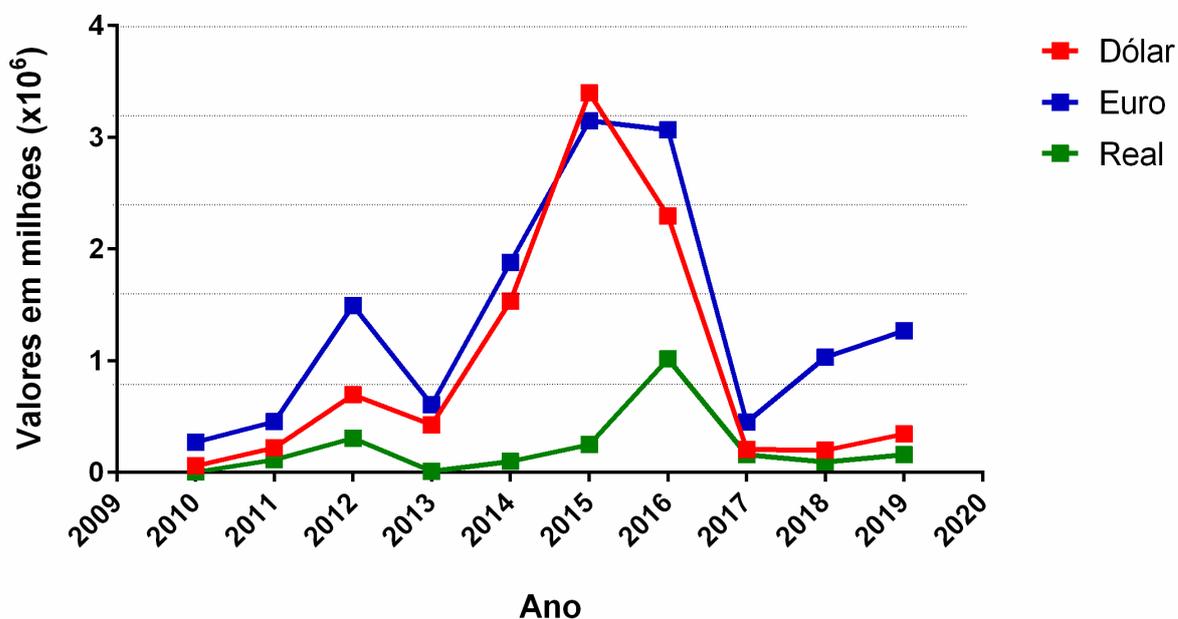


Gráfico 6: Gastos em milhões nas principais moedas utilizadas (dólar americano, euro e real) com bolsas financiadas pela CAPES em cooperação internacional pela UFF. Elaborado pelo autor com base em dados abertos da CAPES, disponível em seu portal capes.gov.br.

Na tabela 9 a seguir estão os dados referentes ao financiamento de bolsas de internacionalização em reais pelo CNPq para a UFRJ e UFF.

Tabela 9. Quantidade de bolsas financiadas pelo CNPq e gastos em Real com Cooperação Internacional pela UFRJ e UFF.

UFRJ	Quantidade de bolsas	Gastos em R\$	UFF	Quantidade de bolsas	Gastos em R\$
2010	4	81.422,63	2010	1	5.000,00
2011	5	90.053,87	2011	1	4.883,58
2012	247	6.150.777,65	2012	68	2.475.365,30
2013	399	16.489.654,11	2013	174	7.565.602,24
2014	1044	63.717.506,99	2014	326	20.955.083,31
2015	908	39.037.726,31	2015	364	17.255.531,04
2016	402	16.121.293,59	2016	147	6.742.554,76
2017	81	1.971.591,72	2017	7	118.248,22
2018	22	1.040.349,52	2018	1	200.000,00
2019	3	48.857,00	2019	1	97.428,00
Total	3115	144.749.233,39	Total	1090	55.419.696,45

Fonte: próprio autor, elaborado com base em dados abertos do CNPq, disponível em seu portal cnpq.br.

A partir da tabela 9, verifica-se o mesmo fenômeno nas tabelas anteriores (4, 5, 6, 7 e 8) referentes ao financiamento pela CAPES, ou seja, um aumento de concessão de bolsas CNPq para a UFRJ no período de 2012 a 2016, e diminuição brusca a partir de 2017. Cumpre destacar que o valor total de 141.516.958,65 reais no período de 2012 a 2016, corresponde a 97,76% do valor gasto com bolsas no período total da análise (2010 a 2019). Em relação à UFF, o valor de 54.994.136,65 reais gastos no período de 2012 a 2016, corresponde a 99,23% do valor gasto no período total de 2010-2019, corroborando a informação de que o período de 2012 a 2016 foi o mais custoso em relação ao pagamento de bolsas nas duas instituições analisadas, tanto pelo CNPq quanto pela CAPES.

A seguir, quantificou-se o número de bolsas por país ou área, para fins de entendimento em relação à procura e concessão de bolsas nos países através da cooperação internacional ou mobilidade internacional nas duas instituições e pelas respectivas agências de fomento.

Tabela 10. Quantidade de bolsas financiadas pela CAPES com Cooperação Internacional pela UFRJ, por ano e por País ou Área.

País ou Área	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
ÁFRICA DO SUL	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
ANGOLA	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-
ARGENTINA	2	2	8	1	5	3	3	4	-	4
AUSTRÁLIA	2	2	6	6	26	4	8	6	5	8
BRASIL	6	10	28	26	35	67	71	22	9	11
CANADÁ	8	3	28	9	30	15	6	5	5	18
CHILE	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
CHINA	1	-	-	-	1	1	-	1	-	-
COLÔMBIA	-	-	-	-	1	-	-	2	-	1
COSTA RICA	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
CROÁCIA	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
CUBA	-	2	1	1	2	1	-	-	-	-
EUA	36	36	131	101	135	223	153	59	49	89
EUROPA	114	127	693	400	580	835	564	192	127	286
ÍNDIA	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
ISRAEL	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-
JAPÃO	-	1	2	2	6	14	4	-	1	-
MÉXICO	-	1	3	2	2	3	1	4	-	2
NOVA ZELÂNDIA	-	-	1	-	1	-	2	1	1	1
PERU	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
RÚSSIA	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1
SINGAPURA	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
TIMOR-LESTE	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-
URUGUAI	-	1	3	3	4	3	1	1	1	2
Total	170	186	908	553	831	1175	813	300	200	424

Fonte: próprio autor, elaborado com base em dados abertos da CAPES, disponível em seu portal capes.gov.br.

Tabela 11. Quantidade de bolsas financiadas pela CAPES com Cooperação Internacional pela UFF, por ano e por País ou Área.

País ou Área	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
ÁFRICA DO SUL	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-
ARGENTINA	2	3	4	7	15	3	11	11	5	3
AUSTRÁLIA	-	-	2	-	30	4	-	1	5	2
BRASIL	1	5	7	4	15	10	19	9	3	4
CANADÁ	-	1	10	12	24	7	1	3	3	3
CHILE	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
CHINA	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-
COLÔMBIA	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
COSTA RICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
CUBA	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
EGITO	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EUA	6	13	43	34	70	229	147	13	7	20
EUROPA	31	44	273	148	257	445	244	53	65	106
ÍNDIA	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
ISRAEL	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
MÉXICO	-	-	-	-	-	2	-	1	-	3
MOÇAMBIQUE	-	-	1	1	1	1	2	4	-	-
TIMOR-LESTE	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
URUGUAI	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Total	42	66	340	206	415	707	424	97	88	143

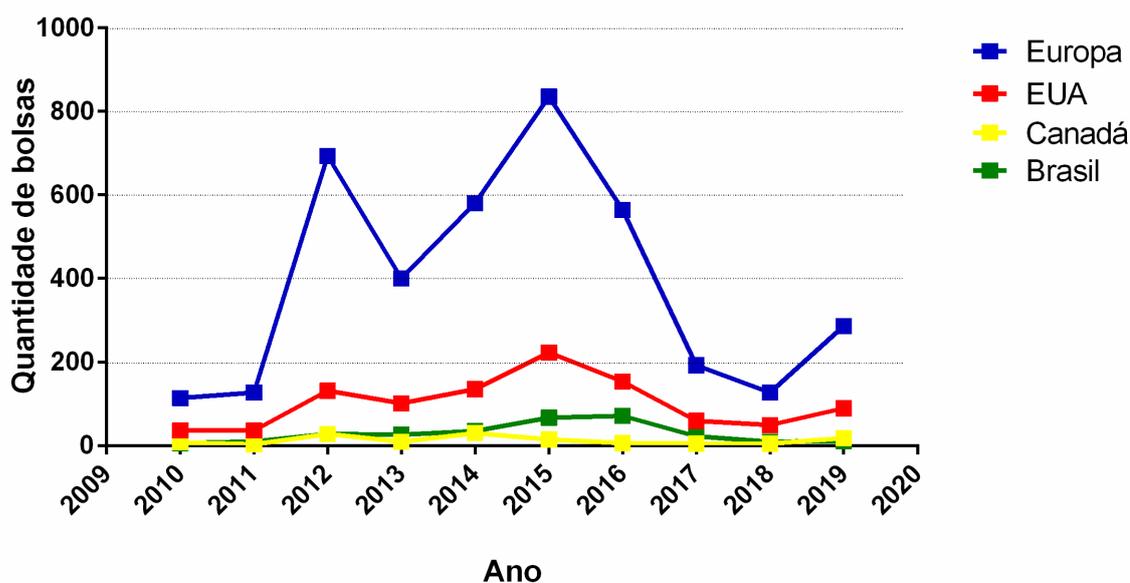
Fonte: próprio autor, elaborado com base em dados abertos da CAPES, disponível em seu portal capes.gov.br.

Na tabela 10, verifica-se que a Europa e o EUA são os lugares com a maior mobilidade internacional da UFRJ pelo programa de bolsas da CAPES. Cumpre destacar que na UFRJ têm-se os EUA com 1.012 bolsas e Europa com 3.918 bolsas, sendo os grandes parceiros neste processo de cooperação internacional no período de 2010-2019. Ademais, ressalta-se que o Canadá, com 285 bolsas no período analisado, ocupa o terceiro lugar em cooperação internacional. Em termos percentuais a Europa corresponde a 70,46% e EUA 18,20% das bolsas concedidas.

Em relação às bolsas da UFF no programa CAPES como mostrado na tabela 11, nota-se que a Europa ocupa o 1º lugar, enquanto os EUA o 2º lugar, refletindo em uma correlação semelhante da UFF com a UFRJ em termos de escolha de países. Neste contexto, no período analisado de 2010-2019, a Europa teve 1.666 bolsas e EUA 582 bolsas, que em termos percentuais das bolsas concedidas no período correspondem a 65,90% pela Europa e 23,02% pelos EUA.

Os gráficos a seguir representam o número de bolsas por países no período analisado financiadas pela CAPES, demonstrando a preferência pelos países da Europa e pelos EUA, tanto pela UFRJ quanto pela UFF.

Bolsas CAPES - UFRJ



Bolsas CAPES - UFF

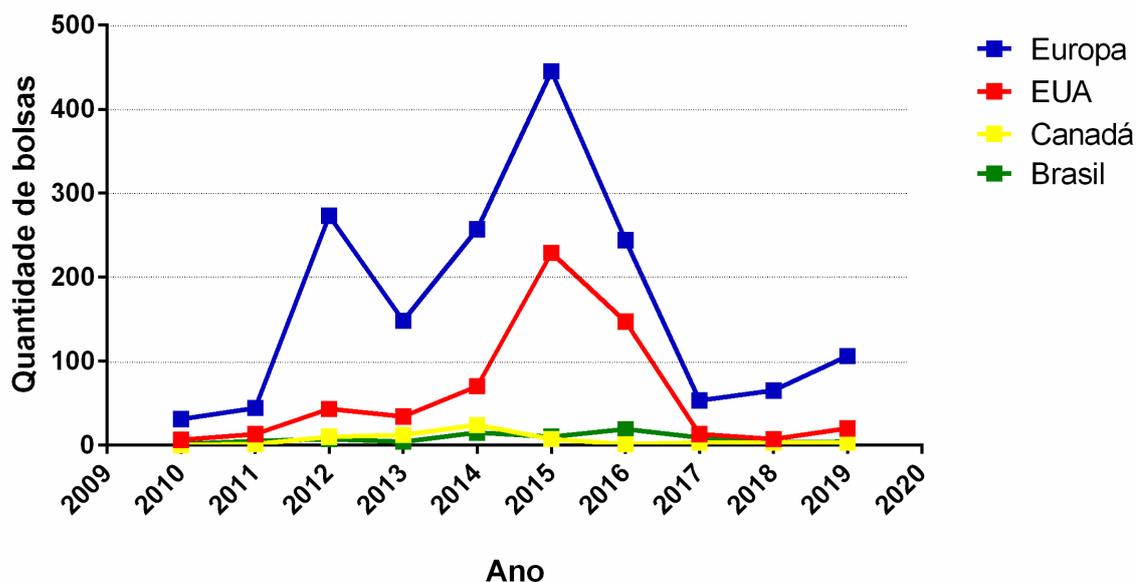


Gráfico 7: Quantidade de bolsas nos principais países e Europa financiadas pela CAPES em cooperação internacional pela UFRJ (em cima) e pela UFF (embaixo). Elaborado pelo autor com base em dados abertos da CAPES, disponível em seu portal capes.gov.br.

Nas tabelas a seguir (12 e 13) estão representados os dados referentes ao número de bolsas para cooperação internacional por país ou área, financiadas pelo CNPq para a UFRJ e UFF.

Tabela 12. Quantidade de bolsas financiadas pelo CNPq com Cooperação Internacional pela UFRJ, por ano e por País ou Área.

País ou Área	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
AUSTRÁLIA	-	-	23	88	168	161	51	1	-	-
BRASIL	1	-	-	-	220	164	145	69	13	-
CANADÁ	-	-	23	33	65	49	25	-	-	-
CHILE	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
COREIA DO SUL	-	-	-	3	6	8	3	-	-	-
EUA	-	-	17	-	17	15	5	1	-	-
EUROPA	3	5	180	275	562	505	172	10	9	3
JAPÃO	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
MÉXICO	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
NOVA ZELÂNDIA	-	-	-	-	5	6	1	-	-	-
Total	4	5	247	399	1044	908	402	81	22	3

Fonte: próprio autor, elaborado com base em dados abertos do CNPq, disponível em seu portal cnpq.br.

Tabela 13. Quantidade de bolsas financiadas pelo CNPq com Cooperação Internacional pela UFF, por ano e por País ou Área.

País ou Área	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
AUSTRÁLIA	-	-	5	19	63	120	61	-	-	-
BRASIL	1	1	5	26	35	29	19	4	1	-
CANADÁ	-	-	11	33	36	27	13	1	-	-
COREIA DO SUL	-	-	-	4	4	1	1	-	-	-
EUA	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-
EUROPA	-	-	47	92	186	180	50	1	-	-
NOVA ZELÂNDIA	-	-	-	-	2	6	2	-	-	-
PORTUGAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total	1	1	68	174	326	364	147	7	1	1

Fonte: próprio autor, elaborado com base em dados abertos do CNPq, disponível em seu portal cnpq.br.

Em relação às tabelas 12 e 13, é possível observar um fenômeno diferente em relação às bolsas do CNPq para cooperação internacional. A Europa continua na frente na concessão de bolsas, mas o segundo lugar não é mais os EUA e sim o Brasil no caso da UFRJ, e a Austrália no caso da UFF. Desta forma, o total de bolsas na UFRJ em relação à primeira e segunda posição foi: Europa – 1.724 bolsas que corresponde um percentual do total de bolsas de 55,34% e Brasil – 612 bolsas, ou seja, 19,64% no período de 2010 a 2019. Enquanto que na UFF foi: Europa – 556

bolsas, correspondendo a 51% e Austrália – 268 bolsas, 24,58% no período de 2010-2019.

A seguir estão os gráficos representando o número de bolsas por países no período analisado, financiadas pelo CNPq, demonstrando a preferência pelos países da Europa pela UFRJ e pela Austrália e países da Europa pela UFF.

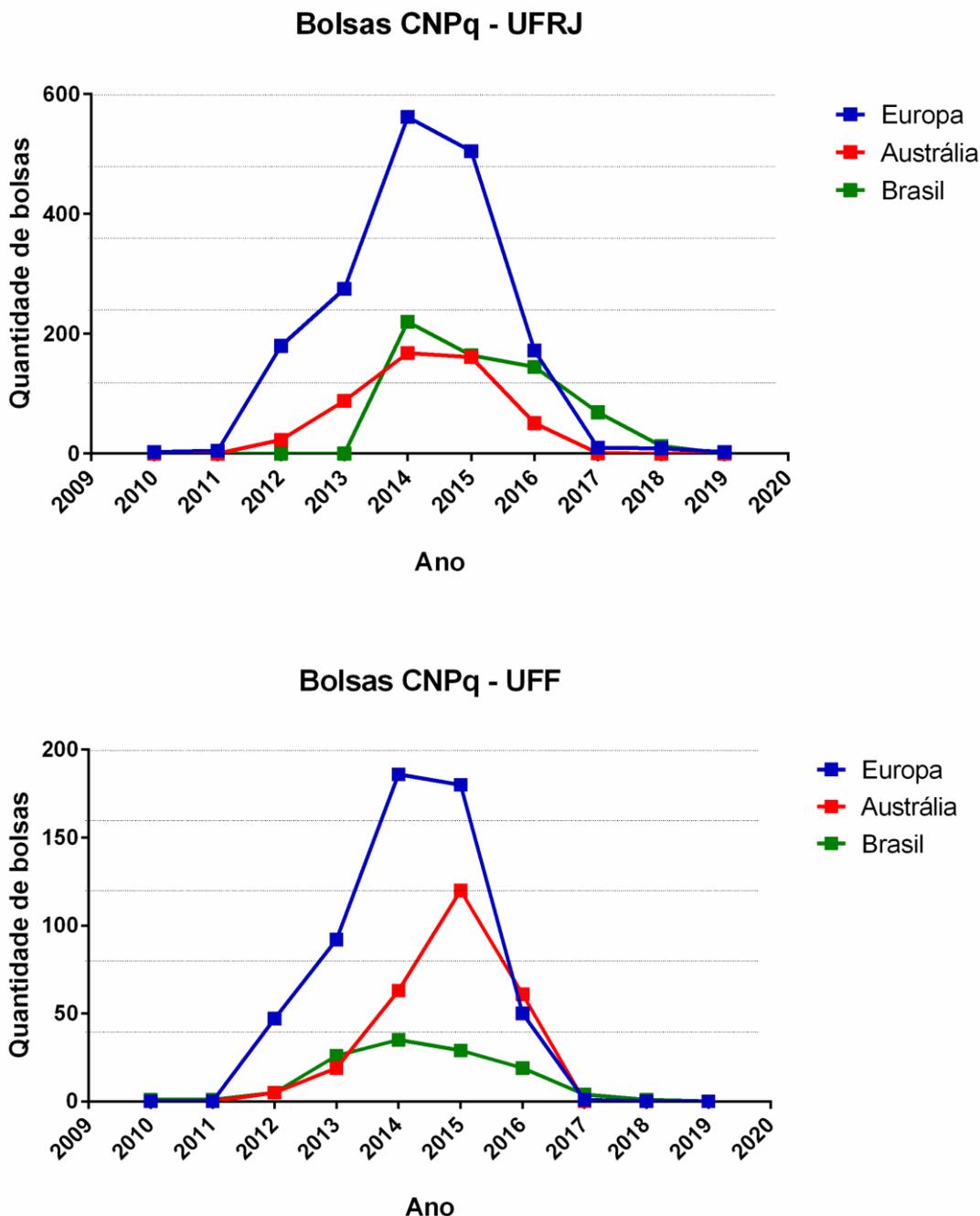


Gráfico 8: Quantidade de bolsas nos principais países e Europa financiadas pelo CNPq em cooperação internacional pela UFRJ (em cima) e pela UFF (embaixo). Elaborado pelo autor com base em dados abertos do CNPq, disponível em seu portal cnpq.br.

b) Compreender o processo de fomento de bolsas:

Por último nesta variável, foram analisados os diversos tipos/modalidades de bolsas em programas da CAPES e CNPq, que são concedidas em função do grau de estudo e/ou conhecimento do aluno, docente ou pesquisador, no período compreendido entre 2010 a 2019 tanto pela UFRJ quanto pela UFF (Tabela 14 a 17).

Tabela 14. Quantidade de bolsas financiadas pela CAPES com Cooperação Internacional pela UFRJ, por modalidade.

Tipo de Bolsas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
CÁTEDRA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
DOUTORADO	-	-	-	10	12	16	135	-	-	-
DOUTORADO PLENO	14	13	53	-	-	-	-	34	32	21
DOUTORADO SANDUÍCHE	70	76	310	220	285	283	116	188	79	246
ESPECIALIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL	19	32	78	27	39	89	47	8	15	10
ESTÁGIO SÊNIOR	10	7	19	17	21	31	31	9	15	3
GRADUAÇÃO	-	-	-	8	14	18	13	-	-	-
GRADUAÇÃO SANDUÍCHE	56	55	440	264	447	717	434	45	55	109
INICIAÇÃO CIENTÍFICA	-	-	-	2	7	10	12	2	-	-
MESTRADO PROFISSIONAL	-	-	-	-	-	-	3	2	-	-
MESTRADO SANDUÍCHE	-	1	5	5	6	4	1	-	-	2
TIMOR LESTE BOLSISTA	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PÓS-DOUTORADO	-	2	3	-	-	7	19	12	4	5
PROFESSOR VISITANTE JÚNIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
PROFESSOR VISITANTE SÊNIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22
Total	170	186	908	553	831	1175	813	300	200	424

Fonte: próprio autor, elaborado com base em dados abertos da CAPES, disponível em seu portal capes.gov.br.

Na presente tabela 14, a modalidade de bolsa com maior impacto na UFRJ é a de graduação sanduíche. Observa-se também que, no período de 2012 a 2016, o total de bolsas concedidas nesta modalidade foi de 2.302, ou 87,79 % do total de 2.622 bolsas no período compreendido entre 2010 a 2019. Tal resultado expressivo é atribuído ao programa ciência sem fronteiras presente no período de 2012 a 2016. Cabe ressaltar que a modalidade doutorado sanduiche também teve um impacto grande com um total de 1.873 bolsas concedidas no período de 2010-2019, ocupando, então, a 2^o posição no total de bolsas da UFRJ concedidas pela CAPES.

No período analisado o total foi de 5.560 bolsas concedidas. Desta forma, a graduação sanduíche e o doutorado sanduíche corresponderam a 47,15% e 33,68% das bolsas concedidas, respectivamente.

Tabela 15. Quantidade de bolsas financiadas pela CAPES com Cooperação Internacional pela UFF, por modalidade.

Tipo de Bolsas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
APERFEIÇOAMENTO	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
CAPACITAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
CAPACITAÇÃO PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
CÁTEDRA	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
DOUTORADO	-	-	-	4	1	3	44	-	-	-
DOUTORADO PLENO	1	4	19	-	-	-	-	8	13	10
DOUTORADO SANDUÍCHE	22	37	133	80	122	97	23	64	43	85
ESCOLA DE ALTOS ESTUDOS	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
ESPECIALIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
ESPECIALIZAÇÃO UAB-MOÇAMBIQUE	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
ESPECIALIZAÇÃO / PQLP	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
ESTÁGIO	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL	8	11	47	19	26	28	10	2	8	-
ESTÁGIO SÊNIOR	7	5	12	10	17	24	8	1	2	-
GRADUAÇÃO	-	-	-	-	3	2	-	-	-	-
GRADUAÇÃO SANDUÍCHE	3	7	127	92	239	550	325	16	20	23
INICIAÇÃO CIENTÍFICA	-	-	-	-	1	3	5	1	-	-
MESTRADO SANDUÍCHE	-	2	-	-	4	-	-	-	-	-
TIMOR LESTE TUTOR	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PÓS-DOUTORADO	-	-	1	-	-	-	5	4	-	4
PROFESSOR VISITANTE JÚNIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
PROFESSOR VISITANTE SÊNIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8
Total	42	66	340	206	415	707	424	97	88	143

Fonte: próprio autor, elaborado com base em dados abertos da CAPES, disponível em seu portal capes.gov.br.

Em relação à tabela 15, o total de bolsas concedidas no período analisado é de 2.528, e deste universo, 1.042 bolsas foram de graduação sanduíche e 706 bolsas de doutorado sanduíche, correspondendo a 55,45% e 27,92% do total de bolsas concedidas pela CAPES para UFF, respectivamente. Assim, estes dados

complementam a informação que na UFF essas duas modalidades também apresentaram um maior impacto na cooperação internacional, da mesma forma que na UFRJ.

Tabela 16. Quantidade de bolsas financiadas pelo CNPq com Cooperação Internacional pela UFRJ, por modalidade.

Tipo de Bolsas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
AUXÍLIO A PESQUISA	-	-	-	1	72	15	39	-	1	-
BIJT - ATRAÇÃO DE NOVOS TALENTOS	-	-	-	-	31	37	23	16	2	-
DOUTORADO NO EXTERIOR	1	1	-	-	-	7	-	-	-	-
DOUTORADO PLENO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DOUTORADO SANDUÍCHE	1	2	8	2	17	31	28	-	-	3
ESTÁGIO SÊNIOR	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
GRADUAÇÃO SANDUÍCHE	-	-	230	396	798	703	227	10	6	-
INICIAÇÃO CIENTÍFICA	-	-	-	-	23	23	18	13	-	-
MESTRADO SANDUÍCHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PÓS-DOUTORADO JUNIOR	-	-	-	-	50	79	64	40	10	-
PÓS-DOUTORADO NO EXTERIOR	1	2	8	-	9	3	2	2	3	-
PESQUISADOR VISITANTE	1	-	-	-	44	10	1	-	-	-
PROFESSOR VISITANTE JÚNIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROFESSOR VISITANTE SÊNIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	4	5	247	399	1044	908	402	81	22	3

Fonte: próprio autor, elaborado com base em dados abertos do CNPq, disponível em seu portal cnpq.br.

A tabela 16 remete as bolsas concedidas pelo CNPq à UFRJ, e se mantém a importância da modalidade graduação sanduíche com 2.370 bolsas no período de 2010-2019, e com recorte de 2.354 bolsas no período 2012-2016, período este que o programa ciência sem fronteiras estava em plena atividade. A importância da modalidade graduação sanduíche pode ser medida em um total de 76,08% de bolsas do CNPq concedidas à UFRJ. O segundo lugar em bolsas, entretanto, é o da modalidade de Pós-Doutorado Junior com a concessão de 243 bolsas, correspondendo a um percentual de 7,80%.

Tabela 17. Quantidade de bolsas financiadas pelo CNPq com Cooperação Internacional pela UFF, por modalidade.

Tipo de Bolsas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
AUXÍLIO A PESQUISA	-	-	5	13	8	1	3	-	1	-
BIJT - ATRAÇÃO DE NOVOS TALENTOS	-	-	-	3	5	4	3	-	-	-
DOUTORADO SANDUÍCHE	-	-	-	-	1	3	3	2	-	-
GRADUAÇÃO SANDUÍCHE	-	-	63	148	290	332	125	1	-	-
INICIAÇÃO CIENTÍFICA	-	-	-	5	9	11	5	-	-	-
PÓS-DOCTORADO JUNIOR	-	-	-	4	7	10	-	4	-	-
PÓS-DOCTORADO NO EXTERIOR	-	-	-	-	-	-	8	-	-	1
PESQUISADOR VISITANTE	1	1	-	1	6	3	-	-	-	-
Total	1	1	68	174	326	364	147	7	1	1

Fonte: próprio autor, elaborado com base em dados abertos do CNPq, disponível em seu portal cnpq.br.

Em relação às bolsas concedidas pelo CNPq à UFF, conforme a tabela 17, a modalidade graduação sanduíche se mantém no grau de importância ocupando o primeiro lugar, com um total de 959 bolsas, que correspondem a um impacto de 87,98% do total de bolsas do CNPq concedidas à UFF no período de 2010-2019. Cumpre destacar que o segundo lugar refere-se à modalidade iniciação científica, a qual teve apenas 30 bolsas concedidas no período, correspondendo a um percentual de 2,75% do total de 1.090 bolsas concedidas à UFF.

Por todo o acima exposto, conclui-se que o impacto da graduação sanduíche foi o grande diferencial na concessão de bolsas no período de 2010-2019, tanto nos programas de fomento do CNPq como no da CAPES, em ambas as instituições analisadas, isto é, UFRJ e UFF. Destaca-se, que a grande porcentagem ou impacto foi durante o período de 2012 a 2016, no qual o programa ciência sem fronteiras estava em pleno funcionamento e foco na mobilidade internacional, mais precisamente na graduação sanduíche.

5.3 Desenvolvimento do programa Ciência sem fronteiras:

A análise dessa variável consiste em levantar os dados do programa, com vistas a um melhor entendimento do processo de internacionalização nas IFES, onde se dará por:

- Avaliar os objetivos estratégicos e as metas do programa;
- Levantar os prós e contras do programa.

O programa ciência sem fronteiras teve como foco o intercâmbio internacional, ou mobilidade internacional, sendo lançado em 2011 e durando até o ano de 2017. Durante a vigência do programa foram concedidas mais de 100 mil bolsas, com foco principal em graduandos, conforme figura abaixo:

Intercâmbio no exterior

O programa Ciência sem Fronteiras concedeu mais de 100 mil bolsas no exterior desde 2011, quando foi lançado, para estudantes de graduação e pós-graduação

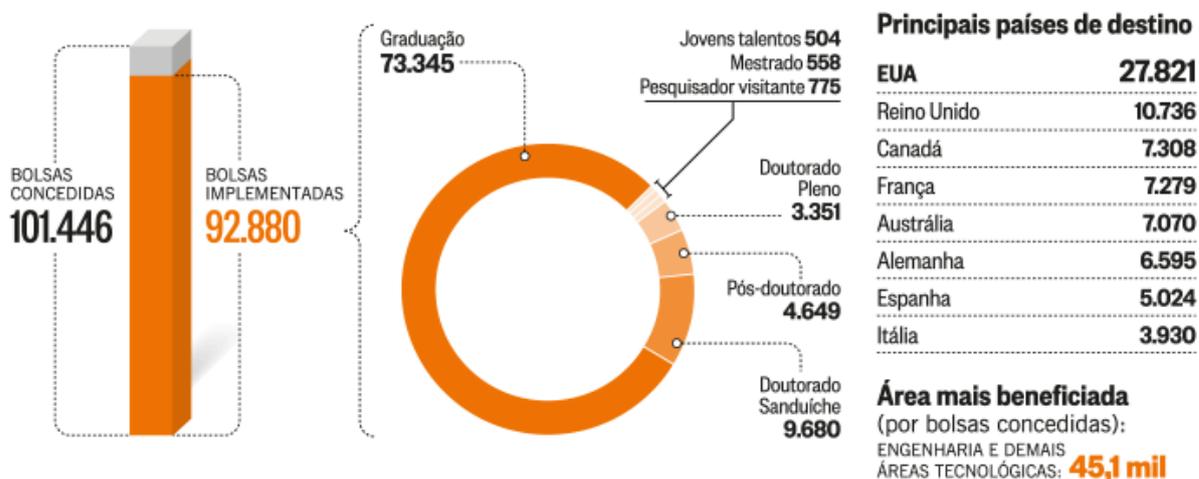


Figura 10: Números de bolsas concedidas pelo programa ciência sem fronteiras. Fonte: O Globo, 2017.

Através da figura 10 é possível observar o grande foco do programa ciência sem fronteiras em graduação, destinando 73.345 bolsas para esta modalidade, o que correspondeu a 78,96% de um total de 92.800 bolsas implementadas pelo programa. Destacam-se também as áreas da engenharia como as mais beneficiadas pelo programa e, EUA e Reino Unido como os principais países de destino.

A figura 11 abaixo representa o gráfico de bolsas implementadas ano a ano, com destaque ao ano de 2014 como o maior da série com 35.976 bolsas, e a queda a partir de 2015. A figura também mostra os gastos ao longo dos anos com a relação de 3.784,5 bilhões de reais gastos em 2015 para manter 35 mil bolsistas (O GLOBO, 2017).

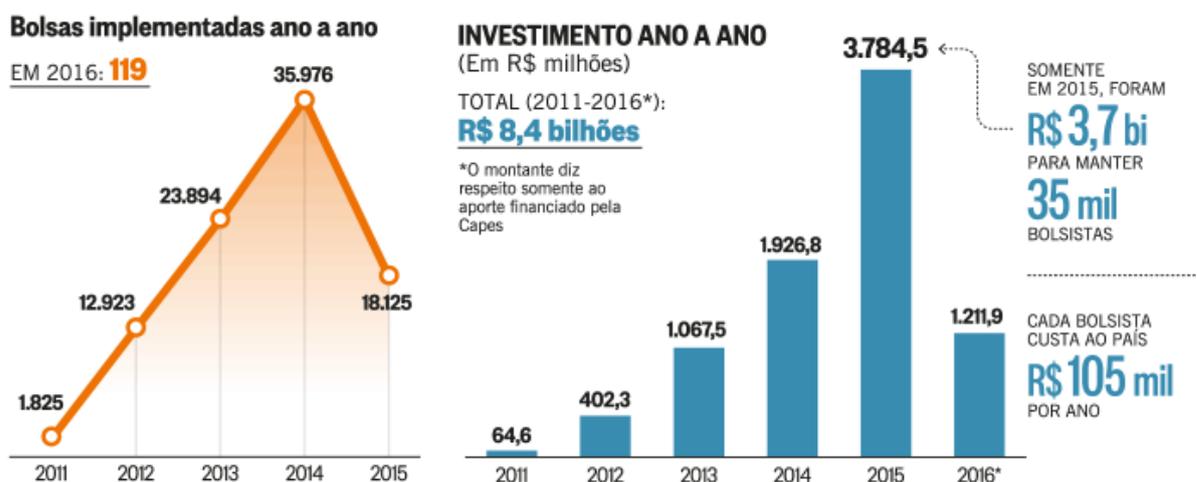


Figura 11: Investimento com bolsas implementadas pelo programa ciência sem fronteiras. Fonte: O Globo, 2017.

Pelos números do programa e seus gastos, depreende-se que o programa tinha uma abrangência muito grande no cenário nacional, acadêmico e principalmente nas IES, nível de graduação. Com investimento apenas pelo CAPES de R\$ 8,4 bilhões no período de 2011-2016 mostra que o programa era uma política pública de governo com fins de internacionalizar as IES e seus respectivos alunos, docentes e pesquisadores.

Um dos grandes problemas observados, segundo o MEC, foi a deficiência na língua inglesa dos alunos selecionados, que de certa forma é uma limitação ao programa (O GLOBO, 2017). Outros problemas a considerar são: a falta de controle do aluno no exterior, a falta de acompanhamento dos bolsistas após o retorno ao Brasil e a falta de criação de uma rede de pesquisa, citados por ex-alunos do programa (BUSTAMANTE, 2020).

Em relação ao presente estudo, pode-se observar o impacto que o programa Ciência sem Fronteiras teve na Internacionalização no período analisado do presente estudo (2010-2019). Ressalta-se que, como apurado nas análises anteriores, o processo em si de mobilidade internacional foi muito fomentado pelo programa através das agências de fomento: CAPES e CNPq, e o mesmo analisado nas instituições UFRJ e UFF, tornou-se um grande facilitador dos programas de mobilidade internacional das duas universidades.

Desta forma, a principal meta de envio de alunos de graduação, docentes e pesquisadores ao exterior teve êxito enquanto perdurou o programa. Essa troca de

informações e pesquisas, bases de conhecimento e outras culturas, são de suma importância para o desenvolvimento do país, no mundo globalizado em que vivemos atualmente. A informação deve ser absorvida e compreendida de forma a qualificar os alunos, docentes e pesquisadores e como política pública, pode-se dizer que o programa Ciência sem Fronteiras cumpriu o seu papel social.

Embora o programa Ciência sem Fronteiras tenha acabado, ainda com foco em internacionalização, o MEC atualmente, através do CAPES – PrInt tem um grande potencial para o desenvolvimento da internacionalização nas universidades públicas brasileiras. Cabe ressaltar que as agências de fomento continuam a empreender esforços em programas para internacionalizar e desenvolver o nosso país.

6 Conclusão

O presente estudo teve por objetivo compreender e analisar o processo de internacionalização nas universidades federais, em especial a UFRJ e a UFF, com foco na pesquisa bibliométrica e quantitativa. Foram apuradas e analisadas diversas informações de sites de pesquisa científica como *Scielo*, *Google Scholar* e periódico CAPES, além de *sites* governamentais como CNPq, CAPES, UFRJ, UFF etc.

No começo da pesquisa, realizou-se uma pesquisa nos *sites* de pesquisa científica, com fins de compreensão do processo de internacionalização realizado nas universidades e correlacionadas. Procurou-se também observar o arcabouço teórico utilizado nas diversas pesquisas científicas produzidas, com fim de base teórica e entendimento do processo como um todo.

Posteriormente, os *sites* governamentais foram utilizados como fonte de dados e pesquisas, e nesta fase foi utilizada a abordagem descritiva para categorizar e analisar os dados coletados. Os resultados se resumem aos dados coletados das instituições federais UFRJ e UFF. Como um todo, o presente estudo também teve uma abordagem quantitativa para fins de qualificação e análise dos dados coletados.

As variáveis de pesquisa propostas deram um conhecimento e análise do processo, em razão das bolsas concedidas pelas agências de fomento. Os dados que foram quantificáveis mostram a evolução do programa ciência sem fronteiras ao longo do tempo no período analisado, os quais foram correlacionados com o referencial teórico e o processo de mobilidade internacional da UFRJ e UFF, elucidando e contribuindo para futuras pesquisas sobre o tema internacionalização nas instituições públicas de ensino superior no Estado do Rio de Janeiro.

Depreende-se que o programa teve um gasto relevante no processo de internacionalização, que culminou com o crescimento de bolsas nas instituições analisadas. Este incentivo produziu relevante envio de alunos, docentes e pesquisadores ao exterior, como forma de abrir relações com outras instituições estrangeiras e países. Assim, os respectivos departamentos de relações internacionais das duas universidades analisadas puderam melhorar os processos e as parcerias com instituições internacionais.

A CAPES e o CNPq foram os grandes financiadores do processo de internacionalização das IES no Brasil, através de bolsas de diversos tipos. Dentre os programas mais envolvidos com o financiamento de bolsas no processo de internacionalização podemos destacar o programa Ciência sem Fronteiras, e atualmente, o CAPES Print, cujo foi criado para acelerar a internacionalização das IES.

É importante que futuras pesquisas possam analisar a contribuição do processo de internacionalização, tendo em vista o programa Ciência sem Fronteiras, na produção intelectual e de pesquisa científica neste período. Como observado no presente estudo, a troca de informações, de conhecimento e de culturas é uma grande facilitadora para melhoria dos processos nas instituições brasileiras com fins de aperfeiçoamento e crescimento internacional, em suma, transformar as IES em internacionalizadas em todas as suas áreas de conhecimento e com qualidade de alto nível.

Por fim, conclui-se que a internacionalização deve ser de fato uma política institucional de cada universidade brasileira. Ademais, produzir pesquisa é um grande avanço na qualidade e evolução da educação superior no Brasil, e que os

mecanismos e agências de fomento, como CAPES e CNPq, contribuam cada vez mais nessa grande engrenagem com fins de evolução em nosso país.

7 Referências

A SUPERINTENDÊNCIA de Relações Internacionais (SRI): Come to Brazil, Choose UFF. Niterói: **UFF**, c2021. Disponível em: <http://international.uff.br/pt/a-superintendencia-de-relacoes-internacionais/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

ALCADIPANI, Rafael et al. Southern voices in management and organization knowledge. **Organization**, v. 19, n. 2, p. 131-143, 2012.

ALMEIDA Filho, Naomar. A universidade brasileira num contexto globalizado de mercantilização do ensino superior: colleges vs. Vikings. **Revista Lusófona de Educação**, v. 32, n. 32, p. 11-30, 2016.

APRESENTAÇÃO: Cooperação Internacional. **Portal CNPq**, 2020. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao-cooperacao-internacional/>. Acesso em: 11 maio 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Capítulo III, da educação, da cultura e do desporto, Seção I, da educação. In: **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 dez. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 03 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 12 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 220, de 3 de novembro de 2017. Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 nov. 2017. p. 20. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19400907/do1-2017-11-08-portaria-n-220-de-3-de-novembro-de-2017-19400854. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 8, de 12 de janeiro de 2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jan. 2018. p. 23. Disponível em: <https://portal.if.usp.br/ifusp/sites/portal.if.usp.br/ifusp/files/17012018-PORTARIA-N-8-DE-12-DE-JANEIRO-DE-2018-V.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

BUSTAMANTE, Nathalia. **O Ciência sem Fronteiras acabou?** Saiba qual é a atual situação do programa. *Estudar Fora*, 29 dez. 2020. Disponível em: <https://www.estudarfora.org.br/ciencia-sem-fronteiras-acabou-entenda/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

CAPES PrInt. Ministério da Educação. Brasília: **Governo Federal do Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/informacoes-internacionais/programa-institucional-de-internacionalizacao-2013-capes-print>. Acesso em: 13 fev. 2021.

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Coletânea de Entendimentos, Programa Institucional de Internacionalização CAPES-PrInt**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-relacoes-internacionais/print/ManualPrIntv3.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Principais assuntos sobre a prestação de contas do CAPES-PrInt**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de>

[conteudo/03122019 Apresentao de Prestao de Contas do PrintWorkshop 005.pdf](#). Acesso em 15 fev. 2021.

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Guia para Aceleração da Internacionalização Institucional: Pós-Graduação Stricto Sensu**. Brasília, DF: Diretoria de Relações Internacionais – DRI, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23122020 Guia para Aceleracao da Internacionalizacao Institucional.pdf>.

Acesso em: 15 fev. 2021.

CAVALCANTE, Elton Emanuel Brito. As atividades de extensão acadêmica conforme o ordenamento jurídico vigente: um estudo de caso sobre a Universidade Federal de Rondônia. **Fronteiras Interdisciplinares do Direito**, v. 1, n. 1, p. 62-107, 2019.

COOPERAÇÃO Internacional: Come to Brazil, Choose UFF. Niterói: **UFF**, c2021. Disponível em: <http://international.uff.br/pt/cooperacao-internacional/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

COSTA, Lúcia Fátima Lúcio Gomes et al. Escolas teóricas do processo de internacionalização: uma visão epistemológica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 4, 2017.

DRI: Mobilidade Regular do DRI. Rio de Janeiro: **UFRJ**, c2021b. Disponível em: <https://dri.ufrj.br/index.php/pt/intercambio/87-mob-reg>. Acesso em: 08 fev. 2021.

DRI: Quem somos? Rio de Janeiro: **UFRJ**, c2021. Disponível em: <https://dri.ufrj.br/index.php/pt/scri/quem-somos>. Acesso em: 08 fev. 2021.

ESPECIALISTAS concordam com o fim do Programa Ciência Sem Fronteiras. **O Globo**, 02 abr. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/especialistas-concordam-com-fim-do-programa-ciencia-sem-fronteiras-21149172>. Acesso em: 24 fev. 2021.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. In: **Como classificar as pesquisas**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. Cap. IV, p. 41-56.

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação 2020**. Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/6975249/Relat%C3%B3rio+do+3%C2%BA+Ciclo+de+Monitoramento+das+Metas+do+Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o/4259eed4-ce87-46c7-b5bb-a9e09dee5abb?version=1.0>. Acesso em: 01 fev. 2021.

JACQUES, Vera Lúcia Brites. **O processo de globalização e suas implicações no exercício da cidadania**. 2007. 78 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2007.

JONES, Elspeth; WIT, Elspeth Hans. Globalization of Internationalization: Thematic and Regional Reflections on a Traditional Concept. **AUDEM: The International Journal of Higher Education and Democracy**, n. 3, p. 35-54, 2012.

LAUS, Sonia Pereira. **A internacionalização da educação superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2012. 331 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2012.

LAUS, Sonia Pereira; MOROSINI, Marília Costa. Internacionalización de la Educación Superior en Brasil. In: DE WIT, H.; JARAMILLO, J. G-A; KNIGHT, J. (Ed.). **Educación Superior en America Latina: la dimensión internacional**. Bogotá: Banco Mundial, 2005. p. 113-152.

MACEDO, Andressa L. S. Influência do processo de globalização para o ensino superior, através da educação a distância. In: XXVI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 26., 2013, Recife. **Anais...Recife: Associação Nacional de Política e Administração da Educação**, 2013. p. 1-16. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/AndressaLenuskaSousadeMacedo-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

MANUAL de Candidatura Atração de Jovens Talentos – BJT. **Ciência sem Fronteiras, CAPES**, Brasília, maio de 2015. Disponível em:

http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/en/c/document_library/get_file?uuid=ac686a5e-0cfe-45be-a57e-198f0d82c200&groupId=214072. Acesso em: 03 jun. 2020.

MANUAL de Candidatura Pesquisador Visitante Especial – PVE. **Ciência sem Fronteiras**, CAPES, Brasília, maio de 2015. Disponível em: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/en/c/document_library/get_file?uuid=fd278828-16f9-47dd-bb22-8788317b05e4&groupId=214072. Acesso em: 03 jun. 2020.

MARRARA, Thiago. Internacionalização da pós-graduação: objetivos, formas e avaliação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 4, n. 8, p. 245-262, 2007.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES (MCTIC). **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016/2022: Sumário Executivo**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2018. Disponível em: http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/ciencia/SEPED/Arquivos/PlanosDeAcao/PACTI_Sumario_executivo_Web.pdf. Acesso em: 09 maio 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programas e ações**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-superior/programas-e-aco-es-sesu>. Acesso em 24 fev. 2021.

MINISTRO da C&T lança o programa Ciência sem Fronteiras. **Fundação CAPES**, 21 de maio de 2014. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/36-noticias/4762-ministro-da-cat-lanca-o-programa-ciencia-sem-fronteiras>. Acesso em: 03 jun. 2020.

MIRANDA, José Alberto Antunes de; STALLIVIERI, Luciane. Para uma política pública de internacionalização para o ensino superior no Brasil. **Avaliação (Campinas)**, v. 22, n. 3, p. 589-613, 2017.

MISSÃO. **Portal Universidade Federal do Rio de Janeiro**, mar. 2006. Disponível em: <https://ufrj.br/missao>. Acesso em: 01 jun. 2020.

MOROSINI, Marília. Dossiê: Internacionalização da educação superior. **Educação**, v. 40, n. 3, p. 288-292, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84854915002>. Acesso em: 09 maio 2020.

NASCIMENTO, Maria Emanuele Macêdo do. **A internacionalização do ensino superior e a formação inicial de professores: um estudo do Programa Licenciaturas Internacionais na UFRN (2010 - 2013)**. 2017. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

O PROGRAMA: Metas. **Portal Ciência Sem Fronteiras**, 2020. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/metas>. Acesso em: 03 jun. 2020.

O PROGRAMA: O que é? **Portal Ciência Sem Fronteiras**, 2020. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em: 03 jun. 2020.

PAINEL de Controle do Programa Ciência sem Fronteiras. **Portal Ciência sem Fronteiras**, jan. 2016. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>. Acesso em: 03 jun. 2020.

PEREIRA, Pablo; HEINZLE, Marcia Regina Selpa. Internacionalização: a quarta missão da Universidade. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 3, p. 719-722, 2017.

PLANOS Subnacionais de Educação. **PNE em movimento**, 2020. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao>. Acesso em: 12 maio 2020.

REARI-RJ: Rede de Assessorias Internacionais das IES do Rio de Janeiro. Niterói: **UFF**, c2021. Disponível em: <http://reari.uff.br/>. Acesso em: 03 fev. 2021.

RELATÓRIO OCDE: Repensando a garantia de qualidade para o ensino superior no Brasil, 2018. **Inep**, 8 abr. 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinaes/relatorio-ocde>. Acesso em: 03 jun. 2020.

RIBEIRO, Renato Janine. Para que serve a avaliação da Capes. **CAPES artigos**, 2007. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/artigos/Artigo_18_07_07.pdf
Acesso em: 11 maio 2020.

RYDLEWSKI, Carlos. Brasil sobe no ranking mundial da ciência. **Valor Econômico de São Paulo**, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2019/03/29/brasil-sobe-no-ranking-mundial-da-ciencia.ghtml>. Acesso em: 02 jun. 2020.

SAENGER, Emília Carneiro; TEIXEIRA, Maria do Rocio Fontoura. A internacionalização por meio da bolsa de Pesquisador Visitante Especial do Programa Ciência sem Fronteiras do CNPq. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 100, p. 849-868, 2018.

SANTIN, Dirce Maria; VANZ, Samile Andrea de Souza; STUMPF, Ida Regina Chittó. Internacionalização da produção científica brasileira: políticas, estratégias e medidas de avaliação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 13, n. 30, 2016.

SANTOS, Fernando Seabra; ALMEIDA FILHO, Naomar de. A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento. In: **Conceitos e Modalidades da Internacionalização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. Cap. IV, p. 145.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. In: **A pesquisa e suas classificações**. 4.ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Cap.II, p. 19-24. Disponível em: https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf. Acesso em: 11 jun. 2020.

SINAES. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep**, 20 out. 2015. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinaes>. Acesso em: 03 jun. 2020.

SOARES, Patrícia Bourguignon et al. Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados *Web of Science*. **Ambiente Construído**, v.16, n.1, p. 175-185, 2016.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, Qualidade e Crise na Educação Superior: Faces da Exclusão e Limites da Inclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, 2010.

SOBRINHO, José Dias. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, 2005.

SOUSA, José Vieira de. Internacionalização da Educação Superior como indicador do Sinaes: de qual qualidade estamos falando? **Educação**, n. 3, v. 40, p. 343-356, 2017.

STALLIVIERI, Luciane. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais, **Universidade de Caxias do Sul**, 2014. Disponível em: <https://iglu.paginas.ufsc.br/files/2014/08/SLIDES-LUCIANE.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2020.

UFF: Universidade Federal Fluminense. **Plano institucional de internacionalização da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, RJ, 2018. Disponível em: http://www.uff.br/sites/default/files/paginas-internas-orgaos/plano_pt.pdf. Acesso em: 01 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Estatuto da UFRJ**. Da instituição e dos seus fins. Disponível em: <https://dri.ufrj.br/index.php/pt/relint/relacoes-internacionais>. Acesso em: 03 fev. 2021.